

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ASSENTAMENTOS RURAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO  
ALEGRE E A FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS**

**LUÍS FERNANDO SILVEIRA DA ROSA**

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS**

**MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

**ANÁLISE TERRITORIAL**

**PORTO ALEGRE, 2018**

**LUÍS FERNANDO SILVEIRA DA ROSA**

**ASSENTAMENTOS RURAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO  
ALEGRE E A FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFRGS, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia. Sob orientação da professora Doutora Rosa Maria Vieira Medeiros.

**Porto Alegre, 2018**

### CIP - Catalogação na Publicação

Rosa, Luis Fernando Silveira da  
ASSENTAMENTOS RURAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE  
PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS / Luis  
Fernando Silveira da Rosa. -- 2018.  
79 f.  
Orientadora: Rosa Maria Vieira Medeiros.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,  
BR-RS, 2018.

1. Cooperativas de assentamentos rurais da RMPA.  
I. Medeiros, Rosa Maria Vieira, orient. II. Título.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a todos aqueles que lutam por uma sociedade mais justa e que buscam alternativas para atingir tal objetivo. Suas lutas não são em vão!

Minha família também merece minha dedicatória, em especial a quem esteve mais próximo desse desafio de dois anos e me inspirou nos momentos mais difíceis e cansativos, minha filha, Maria Fernanda Vieira da Rosa e esposa, Marcéli Machado Santos da Rosa.

Não poderia deixar de dedicar essa dissertação ao Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup> Rosa Maria Vieira Medeiros. Obrigado pela oportunidade!

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas são as pessoas que foram fundamentais para que eu conseguisse realizar esse trabalho, entre elas, os meus colegas de trabalho, da Escola Municipal Décio Martins Costa (escola da rede municipal de Porto Alegre). Obrigado a todos vocês pelas vezes que me substituíram e, dessa forma, permitiram que eu pudesse comparecer a eventos e saídas de campo. Obrigado à supervisão por me priorizar no arranjo dos horários! Obrigado à direção por se mostrar disponível a ajudar e entender o quanto esse período foi importante para mim. Sem isso essa dissertação não seria possível.

Agradeço a minha filha, Maria Fernanda Vieira da Rosa por me incentivar com seu sorriso e seus abraços e, dessa forma, me mostrar o quanto o criador nos possibilita momentos felizes.

Agradeço também a minha parceira de vida, Marcéli Machado Santos da Rosa, por me incentivar e compreender os momentos em que não pude estar inteiramente presente.

Meus sinceros agradecimentos aos meus pais. Sei o quanto é difícil criar e educar um filho. Obrigado por compreender as vezes em que não pude estar presente ou que os visitei rapidamente.

Sem todos esses apoios não haveria condições para realizar esta dissertação, que demandou muitas ausências.

Obrigado a todos que entenderam o quanto esse degrau foi importante para mim! Apesar das dificuldades, foram dois anos muito felizes e de grandes aprendizados.

*“Se a liberdade significa alguma coisa, será,  
sobretudo, o direito de dizer às outras pessoas  
o que elas não querem ouvir”.*

George Orwell

## RESUMO

A presente pesquisa ocorreu na Região Metropolitana de Porto Alegre em seis assentamentos ligados à COOTAP (Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre), incluindo o Assentamento Capela onde se localiza a COOPAN (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA). Entre os objetivos do trabalho estão o levantamento de dados relativos à melhoria de vida dos agricultores associados e às mudanças culturais em relação aos métodos produtivos. A pesquisa foi realizada com o uso de entrevistas semiestruturadas e observações feitas em saídas de campo. Entre os resultados mais relevantes está a opção pela produção orgânica e as consequências políticas desse caminho.

**Palavras-chave:** luta pela terra, assentamentos rurais, cooperação, territorialização.

## **ABSTRACT**

The present research occurred in the metropolitan region of Porto Alegre in six settlements linked to COOTAP (workers cooperative from Porto Alegre), including the Capela Settlement, where COOPAN is located (cooperative of agricultural production Nova Santa Rita LTDA). Among the objectives of this work, are the data collection related to the improvement of the life of the associated farmers and the cultural changes in relation to the productive methods. The research was made using semi-structured interviews and observations made in field trips. Among the most relevant results there is the choice for organic production and the political consequences of this path.

Key-words: fight for land, rural settlements, cooperation, territorialization.



## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1 – Mapa capitancias hereditárias.....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 2 – Delimitação da área de estudo.....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 3 – Mapa dos Municípios Pesquisados.....</b>	<b>40</b>

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Área de produção de arroz orgânico – COOPAN...	42
Foto 2 – Entrada da COOPAN.....	43
Foto 3 – Sede da COOTAP.....	45
Foto 4 – Aspecto da cooperativa “Pão da terra”.....	46
Foto 5 – Horta no assentamento Integração Gaúcha – COOTAP.....	47
Foto 6 – Aspecto de uma casa da Agrovila do assentamento Integração Gaúcha.....	55
Foto 7 – Aspecto da feira do Bairro Menino Deus.....	57
Foto 8 – Sede da COOPAN e local de venda de produtos...60	
Foto 9 – Limite entre o Assentamento Integração Gaúcha (plantação de arroz) e residencial urbano.....	63
Foto 10 – Aspecto do Assentamento Santa Rita de Cássia.....	66
Foto 11 – Entrada da Escola Nova Sociedade e Projeto Relações Humanas e Cooperação, na mesma escola.....	67

**Foto 12 – Horta da Escola Nova Sociedade.....67**

**Foto 13 – Aspecto da estrada no assentamento Itapuí.....68**

## **LISTA DE QUADROS**

**QUADRO 1 – Total de famílias assentadas nos assentamentos pesquisados e o número de entrevistas.....20**

**QUADRO 2 – Assentamentos da RMPA pesquisados.....36**

**Quadro 3 – Nome dos assentamentos pesquisados.....53**

**Quadro 4 – O tamanho dos lotes nos assentamentos pesquisados...57**

## **LISTA DE SIGLAS**

**COCEARGS – Central das Cooperativas de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul**

**COOPAN – Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA**

**COOPAT – Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentados de Tapes LTDA**

**COOTAP – Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre**

**COPTec – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA**

**CEB's – Comunidades Eclesiais de Base**

**CPT – Comissão Pastoral da Terra**

**EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural**

**INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**

**IMO – Instituto de Mercado Ecológico**

**IRGA – Instituto Rio Grandense do Arroz**

**MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento**

**MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra**

**MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

**PAA – Programa de Aquisição de Alimentos**

**PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar**

**PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste**

**TDA – Títulos de Dívida Agrária**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>19</b>
<b>1.1- Técnica para coleta de dados.....</b>	<b>20</b>
<b>1.2- Territórios em construção/reconstrução.....</b>	<b>22</b>
<b>2- HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA TERRA NO BRASIL.....</b>	<b>26</b>
<b>3- HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>32</b>
<b>4- AS COOPERATIVAS ABORDADAS NESSE ESTUDO – RESULTADOS.....</b>	<b>35</b>
<b>4.1- COOPAN e COOTAP – Considerações territoriais.....</b>	<b>40</b>
<b>5- A INDEPENDÊNCIA RELATIVA DOS AGRICULTORES ASSENTADOS EM RELAÇÃO AOS MERCADOS.....</b>	<b>47</b>
<b>6- ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS.....</b>	<b>53</b>
<b>6.1- As agrovilas.....</b>	<b>55</b>

<b>6.2- A comercialização.....</b>	<b>56</b>
<b>6.3- O tamanho dos lotes.....</b>	<b>57</b>
<b>6.4- Incentivos governamentais.....</b>	<b>61</b>
<b>6.5- Vantagens e/ou desvantagens da proximidade com centros urbanos.....</b>	<b>62</b>
<b>7- DIFICULDADES E LIMITAÇÕES OBSERVADAS.....</b>	<b>65</b>
<b>7.1- O comércio do arroz orgânico na atual conjuntura política.....</b>	<b>68</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>74</b>
<b>OBRAS CONSULTADAS.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>79</b>



## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa surgiu de uma ideia prévia que aos poucos foi desenvolvida. Até aqui, muitos passos foram dados, ainda que a caminhada tenha apenas começado.

A presente dissertação pretende contribuir para o entendimento dos fenômenos ligados às organizações cooperativas em assentamentos, e, como em qualquer pesquisa dessa natureza, envolve uma dinamicidade própria, ou seja, trata-se de fenômenos que rapidamente se modificam e diferem espacialmente. Sendo assim, a presente dissertação se propõe a demonstrar o que ocorre numa determinada realidade (Assentamentos rurais da RMPA).

Esse estudo, sobretudo geográfico, torna-se necessário por incorporar uma das questões mais sensíveis ao nosso país, a Reforma Agrária, que historicamente vem sendo negligenciada pela configuração de forças políticas que se estabeleceram no Brasil desde o período colonial. Identificar experiências positivas pode ser uma forma de subsidiar novos esforços na busca por uma distribuição de terras mais equânime e produtiva.

Entre os objetivos para a realização desta dissertação estão:

- \* Retomar o histórico das duas cooperativas (COOPAN e COOTAP), a fim de entender suas trajetórias e conquistas socioeconômicas e culturais;
- \* Identificar os principais destinos comerciais dos produtos das cooperativas e as consequências disso;
- \* Identificar as modificações culturais e os novos conhecimentos incorporados pelos agricultores a partir de sua relação com a cooperativa.
- \* Analisar as alternativas encontradas pelos assentados para sua manutenção na terra;
- \* Relacionar a existência das cooperativas nos assentamentos com o seu desenvolvimento econômico;
- \* Analisar os impactos dos arranjos territoriais e o papel das cooperativas na melhoria de vida dos assentados cooperativados como resposta à necessidade de reforma agrária.

É importante também relatar que relação possuo com a temática. Sou filho de ex agricultores que vieram para a RMPA na década de 1970, nasci em Esteio e passei grande parte da minha infância e adolescência no município de Nova

Santa Rita (RS). Muitos dos meus colegas de escola eram filhos de assentados, o que me propiciou uma aproximação a essa realidade. Na época, eu percebia algumas das dificuldades enfrentadas pelas famílias. Estudei parte do meu ensino fundamental em uma escola que tinha em seu currículo técnicas agrícolas.

Nova Santa Rita possui, atualmente, quatro assentamentos e tal realidade sempre esteve presente em minhas observações. As dificuldades relatadas por esses colegas sempre me inquietaram e me fizeram reflexionar. Inicialmente com poucos subsídios, e posteriormente de forma científica.

Na faculdade de Geografia tive a oportunidade de me aproximar e conhecer o trabalho do professor Cláudio José Bertazzo, que liderava um grupo de pesquisas relacionadas à Geografia Agrária. Durante esse período, os estudos se concentraram em um fenômeno típico do agronegócio, a agricultura de precisão. Além de me possibilitar o uso de conhecimentos geográficos envolvidos, essa experiência me fez tentar entender de que forma esse fenômeno se inseria ou não na agricultura familiar.

Naquele momento, eu não utilizava o conceito campesinato e compreendia que os pequenos agricultores deveriam se inserir nas grandes cadeias produtivas. Ao final da Graduação, minha visão começou a mudar, principalmente após ter contato com uma experiência que estava há tempo dando resultados positivos: A COOPAN. Essa cooperativa é objeto de estudo de inúmeros pesquisadores do Brasil e do exterior, pela sua característica de inserção em mercados com produtos diferenciados, pela capacidade de inclusão dos envolvidos e pelo aprimoramento de mecanismos de democracia direta, onde todos os associados têm a oportunidade de defender suas ideias e opiniões com vistas a criação de um consenso geral.

A outra cooperativa que tive a oportunidade de conhecer é a COOTAP. Criada como necessidade das cooperativas locais, inclusive a COOPAN, ela tem por objetivo centralizar a comercialização e o fornecimento de insumos para a produção, além da busca por financiamentos estatais, sobretudo federais.

Ao longo da pesquisa, tive a possibilidade de responder aos anseios propostos na formulação dos objetivos propostos. No entanto, é necessário esclarecer que o trabalho desenvolvido no presente estudo é apenas uma das

formas de entendimento entre outras tantas que são possíveis, o que torna a questão muito atrativa a novos estudos e continuações.

Apesar desses aspectos serem particulares de cada experiência, há um caminho trilhado e que pode servir de exemplo a ser seguido, com as devidas adaptações. Há muito ainda para ser discutido sobre o assunto.

Enquanto escrevo essa dissertação, a produção dos assentamentos passa por grandes dificuldades, visto que os incentivos governamentais, como a compra de produtos para uso em escolas , são cada vez mais escassos.

A luta pela reforma agrária não acaba com a instalação do assentamento, ela é constante. Espera-se que essas lutas ganhem o apoio que tanto precisam e que o alimento chegue aqueles que mais o necessitem.

## 1- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente dissertação é o resultado de uma pesquisa qualitativa feita junto aos assentados rurais de seis assentamentos da RMPA, onde foram feitas entrevistas abertas, buscando responder aos seguintes objetivos propostos:

\_Objetivos gerais – Sistematizar um conhecimento acerca de duas formas de cooperativas existentes na região metropolitana de Porto Alegre (COOPAN e COOTAP), buscando, dessa forma resultados qualitativos, tanto econômicos e sociais quanto referente aos arranjos territoriais.

\_Objetivos específicos:

- \* Retomar o histórico das duas cooperativas a fim de entender suas trajetórias e conquistas socioeconômicas e culturais;

- \* Identificar os principais destinos comerciais dos produtos das cooperativas e as consequências disso;

- \* Identificar as modificações culturais e os novos conhecimentos incorporados pelos agricultores a partir de sua relação com a cooperativa.

- \* Analisar as alternativas encontradas pelos assentados para sua manutenção na terra;

- \* Relacionar a existência das cooperativas nos assentamentos com o seu desenvolvimento econômico;

- \* Analisar os impactos dos arranjos territoriais e o papel das cooperativas na melhoria de vida dos assentados cooperativados como resposta à necessidade de reforma agrária.

Para tal estudo, foram feitas inúmeras saídas de campo nas quais se pode compreender melhor aspectos até então pouco compreendidos e perceber como cada assentamento precisou buscar alternativas próprias para a sobrevivência econômica.

Empiricamente, entende-se que, mesmo que houvesse a possibilidade de entrevistar todos assentados, muitos não se sentiriam à vontade concedendo entrevistas. Portanto, essas foram concedidas por aqueles com disposição para tal.

A fim de alcançar tais objetivos, a amostragem se tornou necessária. Segundo Torezani (2004, p. 7),:

Os pesquisadores trabalham com amostras. Primeiro, porque as *populações infinitas* só podem ser estudadas através de amostras. As *populações finitas muito grandes* também só podem ser estudadas através de amostras. Finalmente, o estudo cuidadoso de uma amostra tem mais valor científico do que o estudo rápido de toda a população.

No total, foram realizadas 36 entrevistas. Levando em consideração o total de assentados nos assentamentos visitados, pode-se ter uma ideia da relevância da amostragem adotada.

Quadro 1 – Total de famílias assentadas nos assentamentos pesquisados e o número de entrevistas

Total de famílias assentadas nos seis assentamentos visitados.	Total de entrevistas realizadas (uma por família).
371	36

Como se pode observar, foram contempladas quase 10% das famílias, tornando a pesquisa bastante relevante no conjunto dos assentamentos pesquisados.

Além das entrevistas propriamente ditas, aproveitou-se as saídas de campo para observar aspectos referentes à forma de organização produtiva e às nuances não tidas, mas claramente observadas, como a divisão das tarefas entre os assentados e a forma como eles se tratam.

### 1.1- Técnica para coleta de dados

A forma adotada, com o uso de entrevistas abertas, foi adotada a fim de priorizar a resposta aos objetivos propostos e para isso, permitindo alguma flexibilidade de resposta ao entrevistado. Conforme BONI (2005, p. 74):

A técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante.

A análise das entrevistas levou em consideração as respostas, procurando pontos em comum que permitiram criar um panorama dos fenômenos, ou ao menos ajudar a entendê-los.

O objetivo inicial era visitar todos os assentamentos envolvidos nas duas cooperativas abordadas (COOPAN e COOTAP), no entanto, isso se mostrou difícil de ser feito. Dessa forma, optou-se por abordar seis assentamentos, como já mencionado.

Além das entrevistas, pode-se vivenciar algumas práticas feitas nos assentamentos, como o feitiço de pães e bolos, o plantio de hortaliças e o preparo para o plantio de arroz. Essas experiências enriqueceram a pesquisa e proporcionaram a aproximação das vivências diárias dos produtores.

Em termos teóricos, foram utilizados autores como Caio Prado Junior e Sergio Buarque de Holanda para retomar a História da luta pela terra, tanto em nível nacional, quanto em relação às particularidades do Rio Grande do Sul, um estado que se mostrou a frente das principais discussões acerca da reforma agrária, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX.

Para referenciar as reflexões textuais em relação à formação de cooperativas e a própria reforma agrária, utilizou-se, entre outros, autores como: \_ Ariovaldo Umbelino Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes e Jan Douwe Van Der Ploeg. Este último, é um dos autores mais produtivos em análises sobre o processo de luta pela terra em países subdesenvolvidos, incluindo o nosso.

Ainda em termos teóricos, procurou-se utilizar reflexões pautadas e inspiradas no marxismo, ainda que não de forma ortodoxa, utilizando, além de Karl Marx, autores como David Harvey e Milton Santos, estes últimos, representantes da Geografia Crítica. Sobre isso, partimos de um pensamento de Lefebvre (2017, p.12) acerca do marxismo:

...o marxismo rejeita deliberadamente a subordinação prévia, imóvel e imutável dos elementos do homem e da sociedade uns aos outros; mas não admite tampouco a hipótese de uma harmonia espontânea. Constata com efeito, a existência de contradições tanto no homem como na sociedade humana. Assim, o interesse individual (privado) pode opor-se – e frequentemente se opõe – ao interesse comum.

Essas cooperativas que surgem no centro da discussão da reforma agrária têm como objetivo apresentar alternativas ao modelo dominante no capitalismo (o agronegócio). Para isso, além da preocupação com a venda dos produtos, torna-

se necessário uma forma diferente de produzir e acessar os potenciais consumidores, o que segundo Simula (2017), precisa passar por um processo educativo diferente daquele que temos atualmente, onde o ser humano precisa ser valorizado em suas particularidades.

## **1.2- Territórios em construção/reconstrução**

Existem inúmeros conceitos de território e, no presente estudo, optou-se por aquele que define que o território é, antes de tudo, uma necessidade para a reprodução econômica das sociedades humanas, desde seus primórdios, e com ela foi se modificando, se adaptando as novas exigências e necessidades. Ainda no século XIX, Friedrich Engels, em seu livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” relacionou as técnicas empregadas pelos humanos com seu movimento sob a superfície terrestre. Os próprios movimentos populacionais criam novas territorialidades, fenômeno presente em todos os períodos históricos, mas por ser dependente do sistema econômico vigente, inclui aspectos deste, e pode sofrer variações de um país para outro. Com isso, as territorialidades formadas atualmente são diferentes daquelas possíveis na antiguidade. Ao longo da História, cria-se algumas possibilidades e exclui outras. Em nosso país, a forma de acesso à terra tem aspectos diferentes do que acontece em alguns países desenvolvidos, porque possui relação com a nossa História e a forma como a terra foi ocupada.

Com o advento da Geografia crítica, muitos pesquisadores, notadamente Milton Santos, passam a relacionar a formação dos territórios com o modo de produção, no caso o capitalismo. Mas o próprio capitalismo, como forma de continuidade, se modificou e se adaptou às novas necessidades. Segundo Santos (2014), o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados com a lógica global, não respeitando os limites impostos pelos Estados Nações. Há uma tendência, por vezes cruel, de subordinar as leis nacionais aos interesses de grupos transnacionais, incluindo a produção agrícola. Leis que restrinjam a compra de terras por estrangeiros vêm sendo contestadas em vários países, incluindo o nosso.

Tomado ao pé da letra, sem o aprofundamento necessário, pode-se inferir erradamente que há um esvaziamento da importância dos territórios nacionais, o

que não é verdadeiro. O que de fato acontece é uma sobreposição de várias escalas territoriais, cumprindo papéis de poder e influência e aos Estados cabem o papel de atender esses interesses, além daqueles provenientes das elites nacionais, que muitas vezes, se confundem.

As cooperativas em questão nesse trabalho se inserem nessa lógica pós-moderna, na busca por mercados nem sempre contíguos, onde haja interesse por alimentos sem agrotóxicos e que respeitem o ambiente.

Por serem cooperativas existentes em assentamentos, são dependentes de políticas públicas específicas e podem promover a compra de máquinas e demais infraestruturas necessárias ao desenvolvimento das atividades agropecuárias. Sobre isso, Santos (2014) aponta a relação do Estado como planejador da economia e, dessa forma, determinando a modificação das territorialidades. Santos (2014) infere que o capitalismo é o sistema mais planejado que já existiu, até as recessões são planejadas. Com esse planejamento, determina alguns movimentos populacionais, aumento de alguns centros, formação de periferias, entre outros. Ele é co-participante nos processos de exclusão promovidos pelo grande capital, porque são pensados em nível mundial e aplicados nos territórios nacionais. Dessa forma, os governos podem ou não incentivarem o tipo de produção feita nos assentamentos rurais e o fazem com maior ou menor intensidade, conforme os interesses em questão.

O caso da América Latina retrata bem o alcance desse planejamento estatal. Alguns países, notadamente Brasil, México e Argentina, haviam se industrializado em substituição às importações. Esse processo seguiu ritmos diferentes em cada país, mas de modo geral, foi promovido pelo capital internacional como forma de ampliar seus mercados. A partir da década de 1990, começa o lento, mas constante desmonte dessa frágil industrialização, através da abertura alfandegária e valorização das moedas nacionais. Dos três países citados, esse processo foi mais intenso na Argentina. O México passou a receber montadoras em busca de mão de obra barata para montar produtos de consumo nos Estados Unidos e o Brasil “caminha” a passos largos para uma reprimarização. Em comum, esses países têm o aumento da pobreza e da concentração de renda, que atinge tanto as áreas urbanas quanto as rurais, visto



que são interdependentes, os excluídos do campo, frequentemente vão para as cidades.

O processo de reprimarização é pautado no modelo agroexportador e minerador, deixando a produção em pequena escala em segundo plano.

Essas considerações levam a outros questionamentos, como por exemplo, de que forma o território influencia o indivíduo. Harvey (1980) argumenta que o indivíduo reage ao espaço que o cerca, modificando e se adaptando ao mesmo. Esse movimento dialético acaba por definir a forma como enxergamos o mundo. Por isso, os excluídos de determinada sociedade vão enxergá-la de forma diferente da elite. Assim, haverá uma série de nuances territoriais vistas pelos diversos indivíduos. O território é marcado por lutas desses grupos, com avanços e retrocessos. O capitalismo não fornece suporte para consensos.

No caso desse estudo, temos indivíduos que foram, em algum momento de suas vidas, excluídos do acesso ao meio de produção necessário para a reprodução de suas vidas, a terra agricultável. Essa exclusão ocorreu em várias escalas, alguns foram totalmente excluídos, enquanto outros permaneceram como empregados temporários, visto que suas propriedades não eram suficientes para seu sustento.

A partir do momento em que ocorre o assentamento, normalmente longe dos seus locais de origem, os indivíduos passam a recriar o território que recebem, colocando as influências que trouxeram ao longo de suas vidas e se adaptando à nova realidade geográfica.

Dessa forma, a constituição do novo território ocorre nos dois sentidos, o território recebido é transformado pelo indivíduo, mas o indivíduo também se transforma frente à nova realidade territorial. Assim, o produto final é diferente daquele imaginado pelo indivíduo, ele próprio se transformou durante o processo, como é reforçado por Ramírez (2004). Segundo ele, o espaço não existe em si mesmo. Ele precisa da simbologia percebida pelos indivíduos e é também influenciado por estes.

Sobre a formação de territorialidades e expressão desta pelos excluídos, Santos (2014) infere que a pós-modernidade cria oportunidades de expressão às camadas mais pobres, principalmente através das novas tecnologias. Se no passado a mídia, como um todo, estava nas mãos de grupos dominantes, a

internet abre oportunidades de denúncia e expressão a quem não acessa os meios tradicionais. Com isso, Santos (2014) deixa uma esperança para os dias atuais, a de que a contestação ao capitalismo na sua forma atual possa criar uma nova forma de inserção no mercado ou a criação de novos mercados, que possam incluir novas possibilidades. Neste estudo, pode-se observar como o acesso, ainda que pouco eficiente, a telefones ajuda os produtores a organizarem melhor sua produção e distribuição, algo que tem um alcance ainda maior com a internet.

A partir dos trabalhos de campo, foi possível entrar em contato com realidades diversas, ainda que geograficamente próximas. Essas diferenças são, entre outras, as Histórias pessoais, condições do solo, tais como fertilidade, umidade, topografia, infraestrutura existente, que também tende a ser modificada e ampliada com o passar do tempo.

Quanto ao Estado, segundo Milton Santos (2014), este tem determinado em grande parte a forma como a luta pela terra tem ocorrido no Brasil, seja pela falta de políticas para a permanência dos camponeses em suas terras, seja pela insuficiência de assentamentos, muito aquém da real necessidade.

É neste contexto de múltiplas territorialidades que a luta atual pela terra ocorre no Brasil e, a organização das cooperativas nos assentamentos busca facilitar a organização territorial dos assentamentos, tanto em termos da produção quanto em relação à busca e à consolidação de mercados, que possam trazer dignidade e melhores condições de vida aos atores envolvidos.

## 2- HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA TERRA NO BRASIL

Antes dos resultados obtidos com a presente pesquisa, faz-se necessário retomar alguns aspectos da nossa História, tanto em nível nacional quanto estadual, visto não ser possível entender o presente sem o passado.

O Brasil pré-colombiano não possuía territórios tão rigidamente fixados quanto à forma que entendemos a propriedade capitalista atual, aliás, essa forma de propriedade só vai aparecer bem depois. É bem verdade que os diversos povos indígenas que aqui habitavam tinham relações diferentes com o território por eles utilizados. Os guaranis eram muito mais nômades que os Kaingangs, por exemplo. Estes últimos tinham uma relação mais transcendental com suas ocupações, com os locais onde os antepassados haviam sido sepultados. Não se pode dizer que nesse período, existissem indivíduos excluídos dos meios para se reproduzir enquanto ser e enquanto cultura.

A partir da chegada dos portugueses, principalmente após 1530, há a implantação de um modelo exploratório que se manteve, quase intacto até 1822, quando o Brasil se tornou independente. Inicialmente, a ocupação do território brasileiro estava “presa” ao Tratado de Tordesilhas, como no mapa a seguir, muito embora após tenham ocorrido anexações que permitiram a ampliação do território.

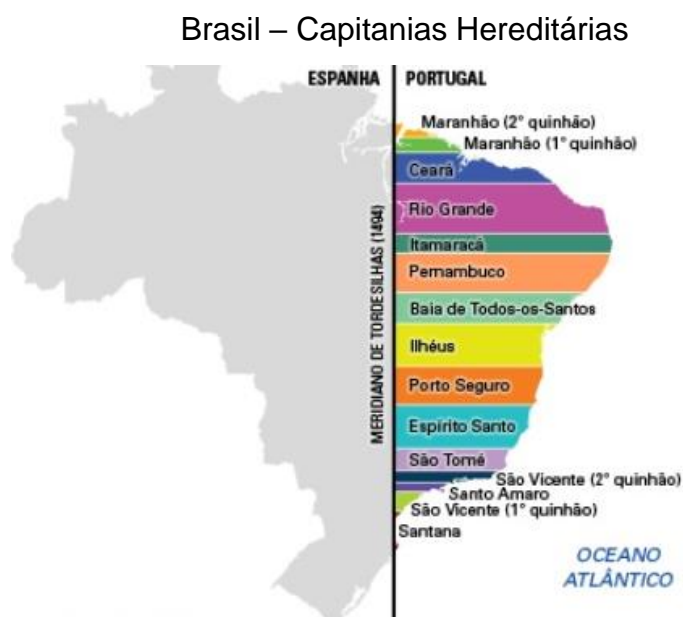


Figura 1 – Mapa capitânicas hereditárias, Enciclopédia Britânica, inc, 2013.

O modelo aqui adotado tinha suas razões, todas amplamente discutidas por Hollanda (2004), em suas amplas pesquisas. Entre essas razões estava a escassez de recursos para fazer uma colonização mais intensa, além do momento histórico em que se encontrava aquele país, então um reino. A Europa como um todo, estava saindo, aos poucos, do feudalismo e as bases para o capitalismo estavam sendo alicerçadas em um modelo mercantilista que se manteve em nosso país ao longo de sua História colonial.

Esse modelo criou duas “castas” mais evidentes, ainda que tivessem outros grupos que foram se formando ao longo do processo colonizatório. De um lado, estavam os proprietários e, de outro, os escravos africanos ou descendentes deste. Além desses, existiam afro-brasileiros alforriados, homens livres e despossuídos de Terra. Esse modelo criou a gênese da luta pela terra, ainda hoje não solucionada.

Segundo Junior (1994), esta opção colonizatória feita pelos portugueses e também espanhóis se relacionou, também, com a falta de mão de obra disposta a emigrar para a América, diferentemente do que aconteceu nas colônias americanas do Norte. Segundo o mesmo autor, a opção pela mão de obra escrava ocorria em Portugal também, sendo que em meados do século XVI, cerca de 10% da população de Lisboa era composta por escravos, não apenas africanos, mas igualmente mouros.

Dessa forma:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, , alguns outros gêneros; mais tarde, ouro, diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira (JUNIOR, 1994, p. 23).

É possível inferir que o Brasil foi formado para cumprir um papel na sociedade mercantil de então, fornecendo itens para serem consumidos na Europa, não levando em consideração qualquer necessidade interna. Essa concepção se manteve ao longo da História do Brasil, transformando a forma de pensar das elites, mesmo após a Independência. Em nossa História, o único período que parece discordar um pouco desse modelo é aquele contido entre os anos 1930 e 1990, quando ocorre um incompleto processo de industrialização

voltado ao mercado interno, processo que rapidamente se desfez com a abertura econômica à globalização.

Sobre o início da distribuição de terras no Brasil, Holanda (2004, p94) afirma:

A divisão do Brasil em capitanias hereditárias prendia-se ao sistema colonial luso anterior à promulgação da medida de 1534 por D. João III, já praticada em outros domínios de Portugal. Contrariamente ao que por longo tempo foi admitido, sugerido pelo termo “hereditário”, o decreto não instaurava feudos nas ilhas atlânticas e no continente americano.

Como mostra Holanda (2004), a forma inicial de distribuição de terras no Brasil nada tinha de inédita e já vinha sendo feita em outras colônias. Outro motivo para a implantação desse sistema se refere às dificuldades para ocupar um território longínquo. Os donatários foram escolhidos entre aqueles enriquecidos em atividades comerciais e próximos da corte. Assim, uma pequena parte dos portugueses estava apta a ocupar terras nas colônias portuguesas, entre elas, o Brasil.

Era lícito ao donatário distribuir sesmarias aos portugueses ou estrangeiros, desde que fossem católicos, ainda que os impostos cobrados aos estrangeiros e outras restrições fossem diferentes daqueles cobrados dos portugueses.

Nesse momento histórico ainda não havia a propriedade capitalista da terra e como grande parte da população residente no Brasil era de escravos, estes não tinham o direito de legalmente ocuparem terras.

O objetivo da Coroa Portuguesa era garantir a ocupação dos territórios e uma exploração economicamente viável (mercantil) que, após a exploração do Pau-Brasil, voltou-se para os cultivos tropicais e minerais preciosos, que conferiram uma considerável acumulação de capital europeia e, indiretamente, possibilitaram o desenvolvimento das fases posteriores do capitalismo.

O período de 1530 a julho de 1822 ficou conhecido como período Sesmarial (ALCANTARA, 2009), ou seja, de distribuição de sesmarias.

Com a independência do Brasil, houve um período de hiato legal, que só foi terminado com a lei de terras de 1850. Sobre esse período Alcântara (2009, p.66) destaca que:

Esses quase trinta anos entre a derrubada do regime sesmarial e a instituição de uma nova Lei ficaram conhecidos como “Império de posses” ou “fase áurea do posseiro”, pois não havendo nenhum tipo de normatização e regulamentação de terras, a posse tornou-se a única forma de aquisição de terras.

Como sugere o autor, nos primeiros anos do Império Brasileiro, a figura do posseiro ganha destaque como forma de acessar às terras sem uso no vasto território brasileiro, algo quase que exclusivo aos brasileiros de origens europeia e alguns imigrantes, em sua maioria também europeus.

Em 1850, com a Lei de Terras começa um novo período no Brasil que legitima a propriedade capitalista, na forma como conhecemos hoje. Essa lei legalizou as sesmarias e outras áreas até então ocupadas e instituiu que a forma legal de aquisição de terras é a compra. A terra passa a ter caráter jurídico. Essa mesma lei, anterior à abolição da escravidão, portanto assegurou que os futuros libertos (principalmente) e os imigrantes vindos como mão de obra, não tivessem acesso às terras, uma vez que não teriam capital para comprá-las. Esta foi a forma de manter a estrutura desigual da sociedade brasileira.

O modelo com predominância do latifúndio se manteve. E mesmo após a Proclamação da República, não houve grandes esforços para melhorar a distribuição de terras. Um exemplo diverso ao nosso ocorreu nas colônias americanas temperadas (atuais Estados Unidos e Canadá). Essa outra forma de colonização ocorreu devido a uma série de particularidades, sobretudo da Inglaterra, que convergiram para um maior aporte de homens livres em direção a esses territórios.

Somente no século XX ocorrem tentativas mais contundentes de redistribuir a riqueza agrária e tornar o Brasil um país menos desigual.

Algumas dessas iniciativas ocorreram na região Nordeste, historicamente marcada por lideranças opressoras, onde os pequenos agricultores estavam sujeitos as mais cruéis condições de trabalho, com contratos de arrendamentos que mal permitiam seu sustento. A luta dos agricultores dessa região deu origem ao que ficou conhecido como Ligas Camponesas. Esse movimento, que tem seu auge na década de 1950, acabou por criar uma articulação política por parte dos latifundiários, não apenas dessa região, como do restante do país.

Politicamente, os latifundiários sempre foram bem articulados no Brasil, conseguindo aprovação de leis que os beneficiassem.

Oliveira (2007), ao rever aspectos da história do Brasil e do mundo, procura mostrar por que não se conseguiu atingir os objetivos da Reforma Agrária. O autor cita as Reformas de Base, propostas por João Goulart, na qual se inseria, entre outras, essa demanda.

Com a instalação do governo militar, em 1964, essa proposta foi abandonada, ainda que o novo governo tenha criado o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/64) que trazia muitas mudanças em suas propostas. O Estatuto da Terra tinha entre seus objetivos diminuir os conflitos de luta pela terra.

Algumas iniciativas praticadas durante os governos ditatoriais beneficiaram a manutenção e o agravamento da estrutura agrária no país, como a possibilidade de compra de terras para a reforma agrária, o que possibilitou aumento dos valores médios das terras, com o agravante das terras vendidas serem as menos férteis.

A constituição de 1967, por sua vez, criou mecanismos que enfraqueceram a lutas dos pequenos agricultores e possibilitou aos latifundiários se desfazerem das propriedades excedentes por preços astronômicos. O Ato Institucional nº 9 de 1969 (Brasil, 2017) estabeleceu o pagamento com Títulos de Dívida Agrária (TDA) a serem resgatados em no máximo 20 anos, com parcelas anuais.

Outra lei complementar se refere ao PROTERRA,. Segundo Oliveira (2007, p. 123 e 124),:

a segunda pedra movida, no tabuleiro da Amazônia, pelos estrategistas da geopolítica do governo militar foi a da promulgação do Decreto-Lei nº 1.179, de 6/7/71, também pelo General Médici que instituiu o “Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste — PROTERRA”. com o “objetivo de promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego, de mão de obra, de fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE.

Portanto, entre os objetivos do PROTERRA estavam a promoção de assentamentos nas regiões norte e nordeste, mediante pagamento de indenizações aos proprietários da terra. Por se tratar de um programa estatal, prévio e amplamente divulgado, o PROTERRA causou um aumento nos preços das propriedades, com a venda para o governo das áreas menos produtivas.

O período do governo militar no Brasil foi marcado por um crescimento da concentração de terras, ocorrida por dois motivos principais: o incentivo governamental para a ocupação de grandes áreas no Centro-oeste e norte do Brasil e a intensificação da modernização da agricultura, com uma maior influência de transnacionais de máquinas agrícolas e agrotóxicos, inviabilizando a sobrevivência de despossuídos e pequenos produtores, que precisaram se deslocar para as áreas urbanas (êxodo rural).

Com a abertura política dos anos 1980, surge uma nova possibilidade de articulação dos movimentos sociais do campo, em meio a uma realidade rural de concentração de terras e com a maior parte da população brasileira residindo nos centros urbanos.

No período de transição para a democracia, marcado pelo governo Sarney e a legalização de partidos de esquerda (desde a anistia de 1979), os pequenos agricultores puderam ter alguma representatividade no congresso e na posterior constituinte que originou a atual Constituição Brasileira de 1988. Ao mesmo tempo, ocorria a articulação dos grupos latifundiários, com forte atuação na Constituinte.

Entre os movimentos sociais do campo, foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o principal que surgiu nesse processo de abertura política. Esse movimento teve papel fundamental nas discussões, nas articulações políticas e na criação de assentamentos que ocorreram no Brasil nos últimos 30 anos.

O MST trouxe a possibilidade de conquista da terra pela via da ocupação e articulação política, se valendo das mídias existentes para angariar apoio de grupos da sociedade.

De modo geral, os governos democráticos pouco fizeram em favor da reforma agrária. Chegamos ao século XXI como um dos países mais desiguais em relação ao acesso à terra agricultável.



### **3- HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL**

O território que hoje abrange o estado do Rio Grande do Sul permaneceu fora do interesse português até o século XVII , como menciona Junior (1994, p 94):

Até aquele final do século XVII as fronteiras meridionais do Brasil se conservavam não apenas indecisas, mas desconhecidas e descuidadas. Tratava-se de uma área deserta e que parecia sem grande interesse; e por isso ninguém se preocupou em fixar aí o local onde se tocavam as possessões espanholas e portuguesas.

De forma bastante simplificada, no Rio Grande do Sul existiram duas formas predominantes de ocupação territorial, a primeira delas patrocinada por Portugal e a segunda, já sob o domínio do Império Brasileiro. Primeiro, surgiu a distribuição de sesmarias no sul do estado para desenvolvimento de atividades ligadas à pecuária e à produção de charque (nome dado a carne seca no Rio Grande do Sul (Júnior, 1994) e, num segundo momento, aconteceu o processo de colonização da parte norte do estado com a vinda de imigrantes alemães (1824) e italianos(1870).

Esses dois modelos de ocupação criaram resultados bem distintos. Enquanto no sul do estado ocorreu a doação de sesmarias que deu origem ao latifúndio pecuarista, a parte norte foi colonizada tendo como base a pequena propriedade.

A parte sul do Rio Grande do Sul é predominantemente marcada pela presença de campos, constituindo a região conhecida como Campanha Gaúcha, onde a pecuária encontrou espaço para se desenvolver atraindo o interesse dos portugueses. Já a parte norte do estado, originalmente coberta por florestas e por essa razão de pouco interesse econômico na época colonial e imperial, foi destinada à colonização.

Segundo Junior (1994, p. 98), territorialmente a atividade charqueadora do Rio Grande do Sul localiza-se:

[...] num ponto ideal: entre os rios Pelotas e São Gonçalo, as proximidades ao mesmo tempo dos grandes centros criatórios da "fronteira", e do porto para o comércio exterior da capitania, o Rio Grande, que embora muito deficiente, é o único possível. Esta localização da indústria dará origem ao centro urbano que seria o

primeiro da província depois da capital; mas primeiro absoluto em riqueza e prestígio social: Pelotas.

O principal mercado do charque rio-grandense era o abastecimento de fazendas nas Regiões Sudeste e Nordeste, para alimentação dos escravos principalmente.

A ocupação da metade norte do estado do Rio Grande do Sul com vinda dos imigrantes europeus coincide com a decadência e fim da economia escravocrata brasileira. O incentivo por parte do governo para a vinda de alemães e de italianos tinha como objetivo principal ocupar essas áreas ao norte, até então pouco povoadas, visto serem áreas de topografia mais difícil e cobertas, em grande parte, por florestas.

A vinda desses imigrantes trouxe como bagagem a sua cultura, a sua política com a formação de sindicatos, a sua organização em comunidades cooperativas, seus conhecimentos industriais e suas experiências de vida.

O conhecimento artesanal e industrial dos alemães permitiu a mudança de perfil de cidades da Colônia de São Leopoldo, que se industrializaram com indústrias de couro calçadistas. Na região de colonização italiana, também não faltam exemplos de empresas que surgiram a partir das iniciativas locais e culturais, tais como a vitivinicultura, as fábricas de máquinas e implementos agrícolas, de carrocerias de ônibus, entre outros.

Ao mesmo tempo que essas iniciativas ampliaram a geração de capitais, também excluíram indivíduos, tanto no meio rural, quanto no urbano. Esses excluídos do processo produtivo no meio rural foram engrossando a luta pela reforma agrária, embora nem todos acreditassem.

Fernandes (2001) argumenta que no Rio Grande do Sul as lutas mais organizadas começaram no final dos anos 1950 com a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), constituído por assalariados do campo, pequenos agricultores ou filhos desses agricultores. O golpe militar de 1964 terminou com esse movimento, assim como os similares.

Foi durante o período militar que houve, no Rio Grande do Sul e no Brasil como um todo, o maior fluxo de trabalhadores rurais em direção às cidades atraídos pelo trabalho nas indústrias e pelos benefícios aparentes que a cidade oferecia. Dessa forma, cumpria dois papéis: o fornecimento de mão de obra e o

reforço do papel do latifúndio na política agrícola nacional. Foi nesse período que agricultores também buscaram a alternativa de migrar para as novas fronteiras agrícolas do norte do Paraná e dos estados do Centro-oeste.

A partir de 1979, ocorre a abertura política da ditadura e a possibilidade de reorganização dos movimentos sociais, entre eles os do campo. Foi então que na cidade de Cascavel (PR), em 1984, durante a realização de um evento, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se torna oficial. Até hoje, é considerado como maior movimento socioterritorial de luta pela terra, sendo responsável pelo maior número de ocupações e de manifestações a partir dos anos 1980 na luta pela criação de assentamentos de Reforma Agrária. A atuação do MST é nacional, mas é importante ressaltar que seu início ocorreu no Rio Grande do Sul.

Para o sucesso da organização dos movimentos sociais rurais, Fernandes (2001) destaca a importância da atuação da igreja Católica com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Após esses mais de trinta anos de luta, a democratização do acesso à terra no Rio Grande Sul obteve muitas conquistas, mas muito há para ser feito. Isso ocorre porque, em primeiro lugar, não há uma política pública que limite a área das propriedades rurais, ou seja, nenhuma lei foi elaborada e aprovada nesse sentido; segundo, o número de assentamentos ainda é insuficiente para atender a demanda de Reforma Agrária; E por fim, as políticas governamentais e propagandas oficiais estão voltadas para o modelo agroexportador e menos preocupada com a produção de alimentos.

Apesar das dificuldades, a presente pesquisa traz como resultado o empenho demonstrado por muitos assentados que acreditam numa sociedade mais igualitária economicamente, com o meio ambiente respeitado e equilibrado. E isso é demonstrado nas diversas produções orgânicas, que buscam cada vez mais espaço e vem se ampliando com o passar do tempo o reconhecimento do consumidor.

## 4- AS COOPERATIVAS ABORDADAS NESSE ESTUDO – RESULTADOS

Como já descrito, a pesquisa estudou a questão das cooperativas formadas por assentados, mais especificamente a COOPAN e a COOTAP, ambas localizadas na região metropolitana de Porto Alegre.

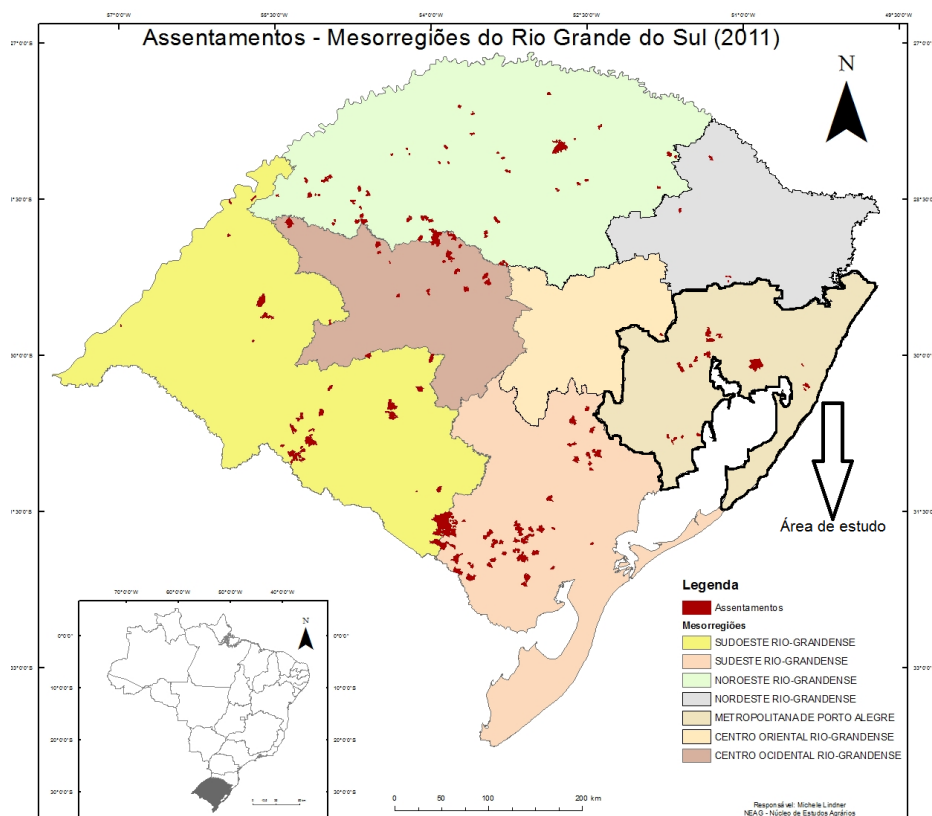


Figura 2: Fonte: LINDNER (2011), modificado pelo autor.

As estratégias utilizadas para viabilização dos assentamentos são mudadas conforme a mesorregião em que se encontram. No caso dessa dissertação, todos os assentamentos rurais visitados encontram-se na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre.

Com o desenvolvimento da pesquisa, principalmente no ano de 2017, optou-se em não visitar todos os assentamentos ligados à COOTAP, limitando em seis assentamentos, incluindo o Assentamento Capela, onde se localiza a COOPAN. O quadro a seguir traz informações sobre os assentamentos visitados.

**Quadro 2 – Assentamentos da RMPA pesquisados:**

Município	Assentamento	Ano de criação	Nº de famílias	Área total - ha
Nova Santa Rita	Capela	mai/94	100	2.169
Nova Santa Rita	Itapui/Meridional	set/88	80	1.177
Nova Santa Rita	Santa Rita de Cassia	dez/05	102	1.667
Nova Santa Rita	Sino	mai/94	13	361
Eldorado do Sul	Lanceiros Negros	2014	7	112
Eldorado do Sul	Integração Gaúcha	jun/98	69	1.256

Fonte: (INCRA – 2017), elaboração do autor

Segundo Cardoso (2014), há inúmeros conceitos em relação à cooperativa. No entanto, esses conceitos possuem em comum o fato de que a formação de cooperativas serve para satisfazer alguma necessidade econômica ou de outra natureza relacionada aos atores envolvidos. Optou-se pela definição encontrada em lei:

A Lei nº 5.764/71, no seu artigo 4º, assim preceitua:

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades [...] (CARDOSO, 2014, p. 9).

Além das características específicas das cooperativas, frente a outras organizações, elas têm se tornando cada vez mais importantes em termos numéricos, ainda que a maioria apresente distorções muito grandes em relação à ideia original, tendo absorvido inúmeras características de empresas capitalistas.

Ao longo da História, ocorreram inúmeras tentativas de organizações cooperativas, no entanto, a forma atual remete-nos a primeira revolução industrial na Inglaterra, na qual, segundo Cardoso (2014), os trabalhadores, buscando alternativas às exageradas explorações e dificuldades de sobrevivência, encontram como forma de organização, o que se chamou de cooperativas.

O cooperativismo teve origem na organização dos trabalhadores na Inglaterra, no período da Revolução Industrial. Em 21 de dezembro de 1844, em Rochdale, bairro da cidade Manchester, 28 tecelões, diante do desemprego e dos baixos salários, reuniram-se para, coletivamente, comprarem produtos de primeira necessidade. Assim, criaram a Associação dos Probos Pioneiros de Rochdale, mais tarde transformada em cooperativa de Rochdale formada pelo aporte de capital dos trabalhadores, cuja função inicial era conseguir capital para aumentar o poder de compra coletiva (CARDOSO, 2014, p. 7).

Pode-se dizer que, desde o princípio, as cooperativas tinham por objetivo oferecer alternativas de sobrevivência dentro do sistema capitalista. É possível pensar em várias organizações que são chamadas de cooperativas, algumas vezes, com o objetivo escuso de diminuir os custos com mão de obra, muito diferente do que se havia pensado no século XIX. Existem cooperativas com os mais diversos objetivos e formadas sob as mais estranhas condições.

As cooperativas que envolvem a produção camponesa são de natureza diferente daquelas criadas por operários ingleses, por exemplo. As primeiras tinham objetivo de melhorar a inclusão dos indivíduos e suas famílias na sociedade capitalista, criando mercados com acesso facilitado, sistemas de empréstimos, entre outras iniciativas. As criadas por camponeses têm como objetivo a melhor inserção nos mercados e melhoria de vida das famílias envolvidas. Nesse caso, fala-se de um universo de possibilidades e, nesse universo, tomaram-se dois exemplos.

Segundo Sabourin (2011), há um princípio camponês relacionado à reciprocidade, fundamental no funcionamento de uma unidade cooperativa. O autor retoma Ploeg (2016) para diferenciar a agricultura camponesa daquela típica do agronegócio, a qual ele nomeia de Grandes Impérios Alimentares, como o caso da Parmalat, que acaba por sujeitar toda uma cadeia produtiva aos seus objetivos.

Entre as diferenças apontadas por Ploeg (2008), podemos citar a autonomia relativa aos mercados, prioridade ao trabalho familiar, relações de

reciprocidade, trabalho familiar e interfamiliar, autonomia parcial em relação aos mercados. Com isso, o camponês enfrenta contradições inerentes ao capitalismo, mas não se porta da mesma forma que um investidor do agronegócio. Seu principal objetivo é a melhoria das condições de vida de sua família e, a partir de processos educativos existentes nas comunidades, aprendem e entendem seu papel diferencial dentro da sociedade, acabando com algumas ilusões típicas do capitalismo.

Ainda sobre isso Rego e Moreira (2013, p. 70) argumentam:

Nessa perspectiva é que se pode considerar que mesmo sendo uma cooperativa uma empresa de caráter coletivo, devido ao fato dessa empresa encontrar-se inserida no sistema capitalista e ser regulada pelas leis mercadológicas, muitas vezes essas cooperativas terão que fazer uso das estratégias que são realizadas pelas corporações capitalistas para conseguir manter-se em pleno funcionamento, sendo essa uma das principais contradições das cooperativas de produção.

Dessa forma, ao mesmo tempo que as cooperativas são uma resposta ao sistema capitalista, uma forma de sobrevivência, contraditoriamente, ela acaba por se inserir e ceder às normas econômicas vigentes. Isso não diminui em nada a importância dessas organizações e o que representam em termos de esperança e como forma mais objetiva de melhora das condições de vida dos camponeses.

Simula (2017), em suas práticas e pesquisas, tanto no Brasil quanto na Europa, analisa o quanto a formação psíquica dos indivíduos pode interferir em organizações que se propõem a atingir o bem comum, o quanto os indivíduos responsáveis pela gestão desses organismos tendem a reproduzir aquilo que aprenderam, ou seja, dominar através do medo, da insegurança, etc. O autor argumenta que de nada adianta ter uma forma diferente de organização se não for trabalhado a forma como as pessoas pensam e, por consequência, agem.

Fora essas contradições, as cooperativas de origem e formação camponesa têm atingido bons resultados, tanto no Brasil, como em outros países, melhorando, muitas vezes, a forma como os produtores se inserem nos mercados locais e internacionais e interferem no ambiente. Um dos autores que vem estudando esse fenômeno é Ploeg (2016). Ao se referir a cooperativa da Floresta do norte da Frísia (Países Baixos), o autor argumenta o quanto esse tipo de organização foi importante para a manutenção e melhoramento do meio

ambiente, diminuindo os lançamentos de chorume na natureza e transformando o mesmo em material orgânico aproveitável (adubação orgânica).

Então, as cooperativas podem ser uma alternativa econômica e também uma possibilidade real de preservação do ambiente rural.

Outra contradição refere-se ao fato de que a agricultura camponesa se baseia no trabalho familiar, o que segundo Ploeg (2016, p. 30), não permitiria calcular lucros. Acontece, que como já citado, as cooperativas tendem a funcionar como empresas, ainda que não haja a mesma concentração de renda e extração de mais-valia, ao menos não da forma clássica.

Segundo Almeida (2009, p. 120):

O surgimento da ideia de mercado conduziu à mercantilização da vida, tentando dotar o mundo social de uma ordem intelectual. O mercado passa a ocupar o lugar deixado vago pela tradição, assumindo a função de guia da ação dos homens. E mais, o mercado, além de seu caráter impessoal, passa a estimular a igualdade democrática graças à instauração da suposta e propalada “igualdade de oportunidades.

Fugir da ideia de mercado propalada pelo senso comum e criar uma forma realmente democrática parece ser um dos pilares das cooperativas, desde seu surgimento moderno, no século XIX. ainda que, esteja no sistema capitalista, que mantenha algumas contradições e, que, em alguns meios, apenas o nome tenha sido mantido, visto não haver nenhuma cooperação.

Durante os trabalhos de campo, pode-se perceber, nos relatos e nas práticas, o quanto essas organizações podem reavivar a vida em comunidade, o olhar ao próximo, não como um concorrente, mas como um parceiro com os mesmos objetivos econômicos e sociais. Observou-se que apesar dos riscos de distorções, as cooperativas podem fornecer subsídios para pensar uma sociedade diferente da que temos.

É comum a troca de informações, sementes e outros recursos entre os assentados de um mesmo lugar e entre assentamentos diferentes. Essas práticas que são construídas no dia a dia representam um conhecimento, por vezes, não oficial, e que, muitas vezes, evolui à margem da sistematização acadêmica, como a retomada de cultivos “esquecidos” pelo mercado.

Por fim, Sabourin (2011) vê a importância de políticas públicas que reconheçam e facilitem as práticas de reciprocidade, de troca de sementes por exemplo e dos mercados diretos (circuitos curtos).



No Brasil, e por consequência em nosso estado, houve grandes avanços no período democrático, apesar da chamada bancada ruralista, que melhor articulada, conseguiu atingir seus objetivos em termos de políticas públicas.

#### 4.1- COOPAN e COOTAP – considerações territoriais

Como objeto de estudo considerou-se dois modelos de cooperativas de assentados rurais:

A COOPAN (Cooperativa de produção agropecuária Nova Santa Rita);

A COOTAP (Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda).

Mapa dos municípios pesquisados

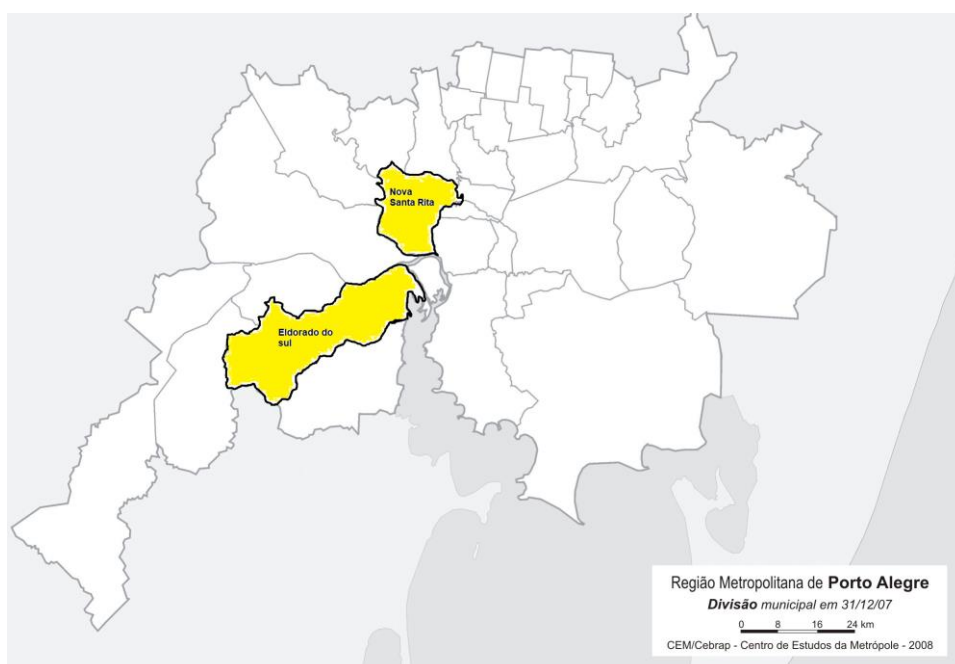


Figura 3: Fonte: Centro de estudos da Metrópole (2008). Modifica o feita pelo autor.

O mapa acima (figura 3) mostra a localiza o dos municípios dentro da RMPA. Os assentamentos visitados se encontram nesses territórios. O que o mapa não mostra e, o que se pode observar empiricamente   que, mesmo estando territorialmente próximos uns dos outros, os assentamentos possuem condi oes bem diferentes, tais como: infraestrutura interna, acesso por estrada, quantidade de agroindústrias. Essas diferenças são ocasionadas por diversos

fatores, como tempo de existência do assentamento, o que cria possibilidades de melhor articulação política, proximidade do centro da cidade, entre outros.

As duas cooperativas existentes na Região Metropolitana de Porto Alegre expressam os anseios dos camponeses assentados, uma vez que essa é a base para a sua reprodução social, econômica e política. Além disso, as cooperativas podem representar a forma de viabilizar a produção, resistindo ao modelo do agronegócio, além de proteger o meio ambiente.

A COOPAN (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita), localizada no município de Nova Santa Rita, foi fundada em 30 de junho de 1995, por um grupo de famílias do Assentamento Capela que acreditaram ser possível organizar-se de forma coletiva, buscando produzir alimentos agroecológicos. Até o ano passado, a COOPAN reunia 29 famílias e aproximadamente 70 sócios (MEDEIROS, 2016).

Sobre a origem da COOPAN, um associado relata o seguinte:

“Nasci em Ronda Alta e completei o Ensino Médio. Em 1988 militei na Pastoral da Juventude e no Movimento Sindical. Sou filho de pequenos agricultores e entrei para o MST em 1989 em busca de terra. Já em noventa começamos a discutir cooperação no qual formamos um grupo que deu origem a COOPAN.” (relato de um produtor do assentamento Capela.)

Segundo esse relato, a gênese da COOPAN ocorreu bem antes, como orientação do próprio MST, que objetivava um novo caminho a ser seguido pelos agricultores assentados.

Atualmente os principais produtos da COOPAN são arroz orgânico (foto 1), carne suína e leite, além da produção das hortas.



Foto 1 – Fonte: foto do autor (2017). Área de produção de arroz orgânico – COOPAN – Assentamento Capela.

A COOPAN representa uma tentativa de criar algo novo e difere de outras cooperativas pela sua natureza coletiva. Lá são permitidos alguns estágios de integração que seriam difíceis de conseguir em uma cooperativa como a COOTAP, nosso outro exemplo.

A COOPAN é uma cooperativa local, constituída por um único assentamento, enquanto a COOTAP agrega toda uma região, incluindo a própria COOPAN, assim como outras cooperativas locais, como por exemplo a Pão da Terra, uma cooperativa local (Assentamento Integração Gaúcha), destinada a produzir pães e bolos integrais e orgânicos..

As duas cooperativas promovem momentos de integração, nos quais os associados podem confraternizar e refletir sobre as práticas propostas pela associação cooperativa e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Nesses momentos festivos, há a participação de todos os envolvidos, incluindo as crianças. No mês de março de 2017, aconteceu a 14ª Abertura oficial da Colheita do Arroz Agroecológico (Assentamento Capela – Sede da COOPAN).

Foram realizadas apresentações de teatro por grupos, vindos de diversas cidades do Rio Grande do Sul e de outros estados. Todo esse movimento festivo é para efetivar a participação dos assentados envolvidos, com o objetivo de criar um sentimento de pertencimento, mostrando esta alternativa como fundamental para suas vidas.



Foto 2 – Fonte: foto do autor (2017). Entrada da COOPAN.

Na foto 2 se observa a entrada do Assentamento Capela, onde além do logo da Cooperativa, há outros elementos presentes, como a bandeira do MST e representações da produção agropecuária. Além disso, a COOPAN possui grande preocupação com a educação de seus associados e filhos, tanto que muitos cursaram ou estão cursando faculdades.

A COOTAP (Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda) é uma cooperativa com sede no assentamento Integração Gaúcha, em Eldorado do sul. Fundada em 20 de novembro de 1995, por 218 famílias, tinha por objetivo a cooperação agrícola para aquisição de máquinas e insumos, otimizando os investimentos. Voltava-se, principalmente, para a produção e comercialização de arroz orgânico, que assim como o arroz convencional, são secos e armazenados no assentamento Lanceiros Negros (também em Eldorado do Sul) . Neste local, foi construída uma estrutura industrial para secar e armazenar o produto. O restante do processo, descascamento, polimento e empacotamento ainda são feitos em Tapes.

Além do grupo do arroz, há grupos ligados à cooperativa que produzem hortaliças e leite. Esses produtos da cooperativa têm suas estratégias de produção e comercialização que são discutidas nos grupos gestores, reunidos periodicamente para definir a logística do modelo produtivo a ser seguido, que vai desde a aquisição das sementes até a colocação do produto nos mercados.

Durante o desenvolvimento dessa dissertação, questionou-se sobre a gênese dessas cooperativas nesses assentamentos. O primeiro elemento que foi

considerado é exatamente a filosofia que rege o MST e suas diretrizes. Suas formas de organização buscam assegurar uma independência relativa e, as cooperativas são a alternativa que se liga a esse objetivo. Durante as conversas com os produtores, os mesmos enfatizaram o fato das cooperativas terem surgido a partir da vontade dos assentados e que, em momento algum, houve pressão para assumir o modelo do MST, tanto que muitos produtores continuaram como assentados individuais.

Outro aspecto influenciado pelas políticas do MST é a produção orgânica, que possibilita uma maior independência dos insumos externos, algo reforçado por autores como Ploeg (2016), e que vem ao encontro de uma política ambiental que protege, tanto o espaço onde vivem os assentados, quanto sua saúde. Essa preocupação foi expressa na fala de uma assentada, quando ela menciona a importância de consumir alimentos saudáveis para no futuro continuar tendo saúde.

Em termos educacionais e de mudanças culturais, essas cooperativas estão criando novas consciências em relação ao mercado e ao ambiente, principalmente se considerarmos que boa parte dos assentados da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) vivia na região norte do estado, tradicional região em produção de soja. Muitos produtores relataram o processo de aprendizagem para plantio de culturas que não estavam acostumados e em solos muito diferentes daqueles existentes nas suas áreas de origem. Como todo aprendizado, esse também foi marcado por erros e acertos e o momento atual é marcado pela soma desses passos dados nas últimas décadas.

A COOTAP comercializa seu arroz ecológico sob a marca Terra Livre (foto 3). Embora o arroz seja o principal produto da cooperativa e sua produção seja basicamente orgânica, a COOTAP também industrializa, em menor quantidade, o arroz convencional.

Mas foi essa produção de arroz ecológico nos assentamentos que abriu um novo paradigma, ou seja, comprovou a possibilidade de produção sem uso de agroquímicos em grandes lavouras.



Foto 3. Fonte: foto do autor (2017), Sede da COOTAP – Assentamento Integração Gaúcha.

Na foto 4, pode-se observar um aspecto da Cooperativa Pão da Terra, já citada anteriormente. É mais um exemplo da intenção de diversificar as atividades desenvolvidas dentro dos assentamentos.



Foto 4 . Fonte: foto do autor (2017). Aspecto da cooperativa “Pão da Terra” – Assentamento Integração Gaúcha.

Quanto à produção das hortas, há atualmente 8 agricultores ligados à COOTAP nesse assentamento (Integração Gaúcha), fora aqueles que produzem de forma individual em seus lotes, sempre de forma orgânica (foto 5).



Foto 5. Fonte: foto do autor (2017). Horta no assentamento Integração Gaúcha – COOTAP.

Nos capítulos seguintes, serão analisados os resultados dos trabalhos de campo, realizados durante os anos de 2016 e 2017, quando foram aplicadas as entrevistas junto às famílias assentadas, junto aos assentados cooperativados e às lideranças.

## **5- A INDEPENDÊNCIA RELATIVA DOS AGRICULTORES ASSENTADOS EM RELAÇÃO AOS MERCADOS**

A independência relativa em relação aos mercados é uma preocupação que surge a partir do processo de desenvolvimento político dos camponeses. Muitas vezes, ela não é verbalizada de forma clara e objetiva, mas aparece nas atitudes e nos comentários durante as visitas aos locais de produção. Com a formação das cooperativas, esse item se mantém nas discussões, sobretudo nos casos de produção orgânica que, dessa forma, “livra-se” dos grandes grupos transnacionais (Impérios alimentares – P - 2008). No entanto, essa produção é contraditoriamente reabsorvida como mercadoria pelo sistema capitalista. Segundo Fernandes (2001, p 31):

É da formação do campesinato que também se desenvolvem as relações capitalistas. Assim, o capital destrói e recria relações não-capitalistas e também se desenvolve a partir de seu contrário, ou seja, das relações não-capitalistas. De qualquer modo, estamos frente a um processo de subordinação ao capital, de exploração, de expropriação. O que significa que, no capitalismo, o campesinato está submetido a esse processo. A questão é se o camponês luta contra o capital ou aceita esse destino.

A independência relativa é uma forma de luta contra o capital, de não aceitar a incorporação aos grandes impérios alimentares (PLOEG, 2008). Para que essa luta tenha sentido e seja eficaz, é necessário que os próprios produtores tenham clareza de seus objetivos e da forma como querem viver. Estando dentro de um sistema é, no mínimo, difícil romper com esse pensamento. Durante as entrevistas, ficou claro que os agricultores assentados têm noção da importância do que eles vêm fazendo e da contribuição social do seu trabalho.

A construção dessa consciência tem origem na própria formação do MST e nas organizações que possibilitaram a expansão do mesmo, como as organizações católicas e luteranas.

[...] há um segundo elemento muito importante na gênese do MST. O primeiro aspecto, como vimos, é o socioeconômico. O segundo é ideológico. Quero ressaltá-lo porque é importante na formação do movimento. É o trabalho pastoral, principalmente da Igreja Católica e da Igreja Luterana. (STEDILLE; FERNANDES, 2000, p. 19)

Esse aspecto ideológico se mostrou muito presente nas entrevistas realizadas, citando inclusive a atuação das pastorais no sentido de dar significado



à luta pela terra e à permanência no meio rural. Stedille/Fernandes (2000) argumenta o quanto foi fundamental o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, em Goiânia, durante o governo militar, para a criação de uma consciência de oposição ao modelo proposto e praticado pelo governo que visava beneficiar o agronegócio. O autor cita a ação inicial da CPT na região amazônica, onde o grande volume de violência ainda se mantém .

Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. A igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Pelo contrário, passou a dizer “tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na terra”. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses.” (STEDILLE; FERNANDES, 2000, p. 20)

Pode-se perceber no relato dos autores como a CPT foi fundamental para as conquistas e lutas que vieram posteriormente, inclusive para a manutenção destas nos momentos difíceis.

Para que haja a permanência na atividade agrícola, que não acaba no momento da criação do assentamento, é necessário que busquem formas de produzir independentes, para assim evitar endividamentos que possam inviabilizar a produção. É neste momento que os incentivos governamentais são fundamentais, através de empréstimos com juros reduzidos e tempo de carência, para a construção de infraestruturas, tais como as agroindústrias.

No entanto, não é o que acontece sempre. É comum que agricultores recém-assentados busquem atividades urbanas como forma de complementar parcial ou total a renda, aspecto amplamente relatado pelos mesmos durante as entrevistas, o que impede sua efetiva territorialização na terra recém-conquistada.

As cooperativas analisadas, COOTAP e COOPAN, demonstram que são experiências consolidadas, ainda que os assentamentos possuam características diferentes. Fica evidente o sucesso dessas experiências nos assentamentos de reforma agrária da RMPA.

A orientação do MST é para que os camponeses procurem novas alternativas de produção, dentre elas a produção ecológica, buscando ter maior independência em relação aos mercados convencionais, assim como, a inserção em um mercado crescente, a partir do final da década de 1990, o dos produtos

orgânicos. Esse mercado surge e se amplia na busca de produtos de qualidade, saudáveis e que não impactem o meio ambiente. Por essa razão, surgem em Porto Alegre, principalmente, as feiras de venda direta dos produtos dos assentamentos, estabelecendo-se assim, uma relação de confiança entre produtores e consumidores.

A produção orgânica apresenta vantagens e gera menor dependência externa. No entanto, a certificação dos produtos tem um alto custo, e no caso do arroz, é feita em grande parte pela IMO (Instituto de Mercado Ecológico), empresa suíça, que atua no Brasil desde 2001. Segundo o relato de um associado da COOTAP:

“Todos os insumos utilizados na lavoura de arroz precisam ser certificados pela certificadora, no caso a IMO. No ano passado tínhamos um adubo proveniente de curtumes, com muita uréia. Como não foi aprovado pela nossa certificadora, precisou ser descartado. Há um controle bem rigoroso. Eventualmente funcionários da certificadora elegem, aleatoriamente um produtor para visitar e recolher amostras para análise”.

A certificação é uma exigência do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA e do mercado consumidor. Caso não seja feita a certificação, o produto é vendido como convencional. O custo da certificação, que é dividida entre todos os produtores, é de uma saca de arroz (50 quilos) por hectare produzido. Segundo o entrevistado, esse valor cobre os custos junto à empresa certificadora.

Em 2015, a inspeção da IMO, custou a COOTAP, de acordo como informado em entrevista por Patrik Silveira (2016), algo entorno de R\$ 55.000,00, sendo trinta e dois mil para pagamento dos serviços técnicos dos auditores. A COOTAP, cobra dos seus associados um saco de arroz por hectare certificado pela IMO...Este é um exemplo que explica a crítica das organizações populares ao processo de certificação por auditoria, imposto pelo MAPA quando da formulação da Legislação Brasileira para a produção orgânica. Criou-se de fato uma “Indústria da Certificação” com elevados custos aos agricultores e suas organizações (MARTINS 2017, p. 170).

Uma alternativa para substituir a certificação da IMO, que vem sendo construída desde 2009, é a Certificação Participativa (CASTELO BRANCO FILHO, 2014). Essa certificação emerge da confiança entre produtores e consumidores, técnicos e produtores.

O processo de Certificação Participativa é crescente e pode vir a substituir totalmente a certificação feita pela IMO, ao menos com relação ao mercado interno. Caso isso aconteça, será uma grande conquista no sentido da independência em relação a mecanismos externos de controle e por consequência, representará uma economia para os produtores, visto que eles próprios farão parte considerável da certificação.

Apesar das contradições criadas pela inserção no mercado capitalista, os camponeses sempre buscam alternativas para diminuir sua dependência de processos externos a suas organizações. É evidente que os assentados consideram fundamental ter sucesso econômico e isso ficou claro nas entrevistas realizadas. É necessário ter retornos que cubram os custos e que possibilitem a reprodução social e econômica do agricultor assentado.

No início da colheita 2017/2018, o assentado entrevistado expressa sua preocupação em relação à comercialização do arroz:

“No momento dessa colheita, ainda temos quase 50% da produção da safra passada em estoque. Isso aconteceu por uma mudança de política de governo e mesmo o PNAE não está sendo cumprido. O município de São Paulo comprava grande quantidade de arroz e agora não o faz. Tivemos que buscar os mercados convencionais, como grandes redes supermercadistas e concorrer de forma desvantajosa com grandes empresas do ramo.”

Acessar às grandes redes de supermercados, segundo o mesmo entrevistado, encarece o produto para o consumidor final, o que causa a diminuição das vendas e, conseqüente, menor procura por reposição. Segundo ele, é tempo de resistir e não fazer novos investimentos, como aquisição de máquinas, por exemplo.

Cabe salientar que o objetivo das cooperativas não é apenas o lucro, como ocorre com uma empresa capitalista típica e em algumas cooperativas de prestação de serviços. Todos relataram a intenção de que a produção aumente cada vez mais com o objetivo de melhorar as vidas das famílias envolvidas, demonstrando claramente um pensamento distinto do empresário rural. Há um fator ideológico que permeia as relações dentro das cooperativas, apesar de conter algumas contradições esperadas no capitalismo.

Um aspecto importante que rompe com os canais comerciais convencionais é a venda direta que privilegia as localidades próximas, ao contrário dos grandes impérios alimentares. Segundo Ploeg (2008, p. 22):

Assim, a industrialização representa, em primeiro lugar, uma desconexão definitiva entre a produção e o consumo de alimentos e as particularidades (e limites) do tempo e do espaço. Os espaços de produção e consumo (entendidos como localidades específicas) deixam de ter importância, assim como a inter-relação entre eles.

O autor cita o caso da Parmalat, em que o produtor de leite abre mão de vender seu produto diretamente para os consumidores e passa a produzir para a empresa. Ele passa então a enfrentar uma série de dificuldades, tais como a padronização dos preços, imposição de padrões de qualidade, etc. São mecanismos que podem levar, e, frequentemente, levam os produtores à falência, porque tem seu meio de produção expropriado por agentes financeiros.

É preciso salientar que, mesmo buscando mercados convencionais, a COOTAP possui mecanismos que tentam proteger os produtores de falências. Esses mecanismos se referem à orientação dada pela organização da cooperativa quanto à perspectiva de mercado e consonante aumento ou não da área plantada, além de fornecer orientação quanto ao endividamento por parte dos agricultores. Com essa organização fornecida pela cooperativa, minimiza-se os possíveis prejuízos que poderiam ser causados por uma grande safra com poucas perspectivas de venda.

Mas é comum a apropriação do espaço por agentes que buscam organizar territórios que correspondam a seus objetivos. Na maioria das vezes, os pequenos produtores são os que saem mais prejudicados nesta disputa.

Os atores participantes do processo produtivo da COOTAP, em vários momentos, deixam claro a necessidade de se construir novas práticas, diferentes daquela típicas do agronegócio e, dessa forma, manter-se como um contraponto ao mesmo. Nesse ponto, muitos entrevistados deixaram claro em suas falas que o uso de máquinas e demais tecnologias não pode descartar o ser humano, como vem acontecendo a décadas nas grandes empresas agrícolas.

Sobre as alternativas para o domínio dos “imperativos econômicos”, Mézáros (2011, p. 87) afirma que, entre outras coisas há:

[...] a necessidade de gerar um novo tipo de produtividade [...] No mesmo contexto, essa necessidade implica também a produção de uma oferta adequadamente expansível de fundos e recursos, em harmonia com o novo tipo de produtividade, em lugar de uma que restrinja e potencialmente o paralise, já que a absurda superprodução/escassez de capital tolhe hoje necessariamente o modo de produção vigente.

Com isso, apresenta-se mais uma contradição na qual os assentamentos são vítimas, pois precisam aumentar os volumes de produção, ao mesmo tempo que existe um “teto” para esse crescimento. Esse teto se relaciona às políticas de governo, que ora podem beneficiar os produtores familiares, ora privilegiar o agronegócio.

O arroz produzido nos assentamentos associados à COOTAP é parcialmente exportado, ampliando, dessa forma, os mercados para esse produto. Apesar disso, o objetivo principal continua sendo o mercado interno, ou seja, produzir alimentos saudáveis para a população brasileira. Nas palavras de um produtor:

“Não tenho dúvida alguma em te dizer, que antes do lucro, da melhora material, que de fato aconteceu, está a ideia de uma sociedade melhor, mais igualitária, com maior respeito ao meio ambiente. Veja o caso do assentamento Filhos de Sepé, antes um único proprietário tirava proveito daquela terra, hoje centenas de famílias vivem lá, sem usar nada de veneno. É a maior área de produção orgânica da América Latina”.

Apesar das conquistas, o atual momento representa um desafio à COOTAP e a todas as cooperativas locais ligadas a ela, que é sobreviver em um mercado que oscila de acordo com a políticas governamentais.

Com isso, apesar de existir e ser construída uma independência relativa em relação aos mercados, ela é difícil de ser mantida e demanda uma luta constante para que não haja retrocesso naquilo que foi conquistado.

## 6- ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PESQUISADOS

Segundo dados do INCRA, esses assentamentos (Quadro 3) possuem um total de 434 famílias assentadas. Nem todas estão ligadas à COOTAP. No caso do assentamento Itapuí Meridional, muitos produtores trabalham de forma individual, explorando inclusive atividades não agrícolas, como a implantação de pesque e pague, ou seja, de atividade turística.

Quadro 3 – Nome dos Assentamentos pesquisados

Capela (Nova Santa Rita)
Itapuí Meridional (Nova Santa Rita)
Santa Rita de Cássia (Nova Santa Rita)
Sino (Nova Santa Rita)
Lanceiros Negros (Eldorado do Sul)
Integração Gaúcha (Eldorado do Sul)

Alguns entrevistados comentaram sobre as dificuldades de sua luta pela terra e dos desafios que surgiram após serem assentados. Segundo esses entrevistados, o solo da área recebida estava completamente degradado, visto que algumas dessas áreas haviam sido produtoras de arroz convencional. A maioria dos assentados era proveniente de outras regiões do estado com solos e topografias diferentes e não dominavam as técnicas para o plantio de arroz.

Nos assentamentos visitados, inicialmente não havia água potável, e a alternativa foi construir poços artesianos, buscar água nos córregos, nascentes ou no rio próximo. No caso do assentamento Integração Gaúcha, o rio Jacuí fica a cinco quilômetros da agrovila.

Segundo os assentados do Integração Gaúcha, no início do assentamento uma das alternativas foi buscar trabalho na cidade de Eldorado do Sul ou de Porto Alegre. Esse assentamento foi criado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul em uma antiga área do IRGA (Instituto Rio Grandense do Arroz), o que dificultou o acesso às políticas públicas do governo federal direcionadas aos assentamentos. .

As primeiras ideias para a formação das cooperativas nos assentamentos foram iniciadas nesses primeiros tempos no assentamento, em que a reciprocidade foi fundamental para a sobrevivência e para a melhoria na qualidade de vida.

Sobre reciprocidade, uma das assentadas de Eldorado do Sul relatou que as primeiras casas foram feitas com madeiras velhas, de doação, e que todos ajudavam a construir com trabalho em mutirão.

Ainda sobre o assentamento Integração Gaúcha, foi relatado que, com o primeiro financiamento, veio também o primeiro fracasso. Foi feito plantio de milho, feijão, aipim e como a área é muito úmida essas culturas não se desenvolveram. Nesse momento, algumas famílias trocaram de assentamento.

A história do assentamento começou a mudar com a intervenção da Fundação GAIA, criada pelo ambientalista José Antonio Lutzenberger. A Fundação Gaia trouxe a consciência de aproveitar as riquezas que o ambiente propiciava. O trabalho feito por essa ONG ocorria à noite e nos finais de semana.

Foram feitas várias tentativas no sentido de descobrir o que poderia ser plantado e de que forma. Esse esforço foi responsável pela instalação da horta, pelo plantio de árvores próximo das casas e na horta. A plantação de arroz foi posterior, aproveitando uma “vocação” natural daquele ambiente.

Nas palavras de uma assentada:

“Com o pessoal do GAIA nós aprendemos a aproveitar o que já estava aqui. Por exemplo, o fertilizante para a horta poderia ser retirado do açude. As árvores e toda diversidade de plantas da horta mantém o equilíbrio, evitando ataque de pragas. Muitas das coisas plantadas não são pra venda, mas para consumo dos insetos.”

Nesse relato percebe-se a mudança de visão. Um ambiente que até então era desgastado por décadas de plantio convencional (relatos dos assentados), pode oferecer as soluções para a produção de alimentos, aproveitando para isso o que o próprio ambiente podia oferecer.

Em termos materiais, é inegável, ainda que haja diferenças, a boa qualidade de vida das famílias assentadas. É geral o sentimento de melhora na forma de viver, com casas de melhor qualidade, alimentação diversificada e aquisição de produtos duráveis como automóveis.

Pode-se perceber, através das observações e dos relatos o quanto o acesso à terra muda vidas, tanto materialmente, como na forma de lidar com o entorno social.

Dentre os assentamentos visitados, o que tem mais carências materiais é o Santa Rita de Cássia. É o mais novo, criado em dezembro de 2005; há um percentual significativo de assentados que trabalham em atividades urbanas, o que dificultou a obtenção do dado referente à renda familiar, assim como seus impactos de consumo.

Existem pressões externas, como o mercado e as políticas de governo que, tanto podem facilitar a inserção dos assentados, quanto dificultar. No caso do assentamento Santa Rita de Cássia, há uma clara divisão territorial entre as áreas destinadas à produção de arroz ligada à COOTAP e as áreas residenciais. Há algumas com produções individuais de hortas, as quais, segundo um assentado, devido a dificuldades atuais de venda para a prefeitura, deixam de ser produzidas por muitos.

### **6.1- As agrovilas**

A formação de agrovilas nos assentamentos (foto 6) é uma orientação do MST, visto que facilita a implantação de infraestrutura, ao contrário do que acontece quando os assentados optam por ocupar os seus lotes, ficando mais distantes uns dos outros e tornando mais difícil a instalação de infraestrutura urbana, como água, luz, internet, etc.



Foto 6 – Fonte: foto do autor (2017). Aspecto de uma casa da Agrovila do Assentamento Integração Gaúcha.



Desses assentamentos, os que possuem agrovilas mais organizadas são o da Integração Gaúcha e o da Capela. Foi relatado nas entrevistas a liberdade para escolha ou não desse modelo.

No assentamento Santa Rita de Cássia, ainda que novo, historicamente, não houve a formação de agrovila em função da proximidade do centro da cidade e da possibilidade de ligar a luz, conforme relatam os assentados. Apesar de não haver agrovila nesse assentamento, é comum que os lotes possuam mais de uma moradia, construídas para familiares.

As agrovilas trazem, além da facilidade de infraestrutura, as vantagens relacionadas à convivência, possibilidades maiores de reciprocidade, de lazer e de planejamento público com a construção de escolas e acesso ao transporte escolar.

Por se tratarem de assentamentos relativamente próximos às áreas urbanas, os mesmos se beneficiam disso, tanto para a venda de seus produtos quanto para o acesso a serviços que não existam nos assentamentos, como postos de saúde e escolas de ensino médio.

Os motivos para alguns assentados não participarem da agrovila são muitos e mudam de um assentamento para outro. O certo é que esse modelo de ocupação territorial traz possibilidades diferentes daquelas individuais; é uma forma prática de perceber diferenças na apropriação territorial e tem influência na forma de pensar das famílias no sentido de aproximá-las ou não.

## **6.2- A comercialização**

A comercialização dos produtos oriundos dos assentamentos da RMPA ocorre de diversas formas e, a cada ano, há uma maior aceitação nos circuitos convencionais, tais como grandes redes de supermercados, principalmente pela propaganda positiva em relação aos produtos orgânicos. No entanto, as feiras ainda são importantes espaços de comercialização e de contato direto com o consumidor. As principais feiras para os produtos das hortas, para o mel e para os pães acontecem em Porto Alegre. As principais ocorrem no sábado pela manhã, no espaço do Brique da Redenção e no espaço da Secretaria da Agricultura, no

bairro Menino Deus (foto 7). Neste último espaço, também acontecem nas quartas-feiras.



Foto 7 – Fonte: foto do autor (2016). Aspecto da feira do Bairro Menino Deus.

### 6.3- O tamanho dos lotes

O tamanho dos lotes que cabe a cada família no momento da formação dos assentamentos é, em alguns casos, inferior a vinte hectares (quadro 4).

#### Quadro 4 – O tamanho dos lotes nos assentamentos pesquisados

Nome do assentamento	Tamanho do lote de cada família em hectares
Capela	21,69
Itapuí Meridional	14,71
Santa Rita de Cássia	16,34
sino	27,76
Lanceiros Negros	16
Integração Gaúcha	18,2

Fonte: INCRA (2017). Quadro elaborado pelo autor.

Um dos questionamentos durante as entrevistas focou no tamanho dos lotes e se esses eram suficientes para o sustento das famílias. A maioria das famílias entrevistadas relatou que, a partir da formação das cooperativas, ocorreu uma relativização do tamanho dos lotes para manter uma família. No Assentamento Integração Gaúcha, cada família recebeu 18,2 hectares e atualmente há um número maior de famílias sobrevivendo na mesma área do lote. Há, inclusive, falta de mão de obra, segundo os entrevistados. A natureza da

atividade também tem impacto no número de produtores necessários. As hortas e agroindústrias, apesar de ocuparem pequenas áreas, demandam muita mão de obra e possibilitam a permanência das novas gerações. Percebe-se que há uma qualificação constante das atividades desenvolvidas, gerando renda para um número crescente de famílias.

Durante as entrevistas, muitos justificaram o ingresso nas lutas do MST, relatando o fato de suas famílias de origem possuírem propriedades pequenas que não permitiriam a manutenção de todos os filhos. Um dos assentados do Integração Gaúcha relatou que tinha que decidir, ou entrava para o MST ou migrava para as cidades.

Já no Assentamento Capela, uma das entrevistadas, quando indagada sobre sua história de vida, relatou:

“sou de uma família de descendentes de imigrantes alemães e apesar de todo trabalho dos meus pais não sobravam recursos e tempo para desfrutar de uma viagem, por exemplo. Meu pai vivia como um escravo. Nunca nos faltou nada mas não posso negar que minha vida mudou depois que conseguimos essa terra. Pude estudar, terminei o ensino médio e fiz faculdade de pedagogia.”

É importante ressaltar que nos assentamentos criados pelo INCRA, houve um suporte inicial maior, ainda que insuficiente, ao contrário do que ocorreu naqueles em que o estado, no caso o Rio Grande do Sul, foi o agente promotor. Esse não forneceu o auxílio necessário aos recém-assentados, como aconteceu, por exemplo, com o Assentamento Integração Gaúcha. Nos relatos dos entrevistados, pode-se perceber o quanto foi difícil permanecer na terra, tanto que alguns desistiram. Além da falta de apoio governamental, as pessoas do município também tinham preconceito em relação aos assentados, algo que mudou com o passar dos anos. Essa maior aceitação, segundo os entrevistados, se deu em função do reconhecimento do esforço produtivo dos assentamentos e da aproximação que ocorreu com a promoção de feiras, nas quais os habitantes do núcleo urbano puderam se aproximar dos assentados.

Em muitos casos, foi relatado que a intenção era, ou parecia ser, de que esses empreendimentos não dessem certo, para dessa forma justificar o não investimento na reforma agrária. É o que o senso comum reproduz em função da mídia, que repete esse discurso ao longo dos anos.

Em todas as entrevistas, foi reconhecida a importância da formação das cooperativas para o progresso coletivo e individual, pois as mesmas possibilitaram uma melhor articulação política e econômica, fazendo progredir materialmente os associados, isso somado ao crescimento do acesso a créditos bancários, principalmente a partir do final da década de 1990.

A proximidade com a capital é apontada como uma grande vantagem para a comercialização dos produtos em feiras, como a do bairro Menino Deus e Brique da Redenção, o que também relativiza o tamanho das propriedades. Em assentamentos distantes, fica mais difícil produzir e vender verduras, sendo necessário priorizar cultivos que, muitas vezes, rivalizam com o agronegócio. Essas feiras trazem vantagens para os produtores, que vendem seus produtos sem atravessadores e, os consumidores, por sua vez, podem comprar produtos orgânicos.

Ainda que os produtores busquem se inserir de forma eficiente no mercado, há um forte sentimento de estar fazendo algo diferente do que a maioria faz. Há uma consciência do quanto é importante a produção de orgânicos, de tentar uma nova forma de organização socioeconômica. Essa consciência é clara para alguns e difusa para outros. Construir essa nova forma de pensar e agir é difícil, o que, segundo Simula (2017), é perfeitamente entendível, visto que estamos sob o capitalismo, sistema que tende a oprimir e a reproduzir determinados comportamentos. Ter em mente a morosidade das transformações é fato que não deve ser deixado de lado. Construir uma nova sociedade não é algo para uma geração.

Um aspecto sobre essa mudança de pensamento que chamou atenção é o caso da Cooperativa Pão da Terra, existente no Assentamento Integração Gaúcha. Sobre o porquê da produção de pães e bolos integrais, uma assentada relatou:

— “A ideia de produzir pães surgiu nos acampamentos e foi fortificada nos primeiros tempos do assentamento. Muitas vezes não tínhamos pão. Apesar das dificuldades anteriores, nunca tinha passado fome na casa dos meus pais. Nesses momentos de reuniões falávamos: \_ Iremos fazer o melhor pão do mundo! E é isso que buscamos ainda hoje. Pode fazer um pão cheio de veneno? Naquela época nossas crianças estavam desnutridas. Queremos vender algo bom”.

Nesses relatos podemos perceber a construção de um modo de pensar que sofreu influências das vivências anteriores e que foi colocado em prática buscando resultados diferentes daqueles comuns a outros empreendimentos. O lucro está ali como objetivo, mas não a qualquer custo e tentando contribuir de forma positiva com o desenvolvimento social dos associados.



Foto 8 – Fonte: foto do autor (2017). Sede da COOPAN e local de venda de produtos.

Na sede da COOPAN (foto 8), além da administração da cooperativa, há a venda direta da produção do assentamento Capela, como o arroz, mel, pães, e produtos da horta. Segundo relato de uma assentada, os compradores incluem os próprios assentados, além dos moradores da vizinhança, que sabendo da qualidade dos produtos, sempre retornam.

#### **6.4- Incentivos governamentais**

Em relação aos incentivos governamentais, há um entendimento de que estes se tornaram mais fáceis a partir do final da década de 1990 e, principalmente, nos primeiros anos da primeira década do atual século. Entre os incentivos foram relatados:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Recursos para a construção de padarias, frigoríficos e silos, etc

Porém, como apontam seis entrevistados, nos últimos anos, houve a diminuição clara desses recursos e a dificuldade de comunicação entre o INCRA e os assentados.

Sobre os dois primeiros programas, há diferenças consideráveis entre eles. O PNAE é garantido por lei, a LEI Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Com isso, esse programa tende a ser mais estável, mesmo com as constantes mudanças governamentais dos últimos anos, como o congelamento dos investimentos públicos pelos próximos vinte anos. Segundo essa lei, ao menos 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, o que muito beneficia os assentados, sobretudo na produção de hortas. Já o PAA, foi criado em 2003 e prevê a compra direta de produtores familiares, mas não está atrelado a uma lei, o que dificulta sua execução em momentos políticos difíceis. Isso explica o porquê de alguns entrevistados terem observado uma diminuição das vias de comercialização governamentais.

Esses mecanismos governamentais são vistos como fundamentais para o aumento da produção e permanência das atividades já desenvolvidas, o que em alguns casos, foi apresentado como motivo para diminuir a área de hortas, por exemplo, como no caso do Assentamento Santa Rita de Cássia, que por ser mais recente, possui uma dependência maior desses programas.

Há um consenso de que a existência da cooperativa possibilitou o melhor uso dos recursos disponíveis e, politicamente, permite maior acesso aos mecanismos de crédito, em condições mais vantajosas, com juros menores, por exemplo, o que tende a tornar mais independentes os produtores. Consideremos um dos relatos:

“A cooperativa sempre tentou buscar os fundos e projetos disponíveis pelo governo para poder se manter e ampliar suas estruturas. Nos últimos anos diminuíram em termos de quantidade de projetos e aumentou-se a dificuldade de acessar estes recursos”.

Apesar das limitações, são inegáveis os avanços que a organização cooperativa proporcionou e, nesse ponto, os atores envolvidos concordam quase que totalmente. A formação de cooperativas faz parte das orientações oficiais do MST e possui a capacidade de melhorar a vida dos envolvidos, tanto materialmente, quanto culturalmente, trazendo novos conhecimentos e ampliando outros.

Entre os agentes responsáveis pela criação de conhecimentos, são citados os grupos gestores, existentes na organização da COOTAP, e a participação de

universidades que se envolvem no estudo dessas organizações, entre elas o Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dentro da organização do MST e dos assentamentos, foram surgindo organismos para responder a uma série de necessidades, como a COPTec (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA), que fornece serviços de orientação técnica nas diversas áreas de produção dos assentamentos. Atualmente, essa cooperativa está com suas atividades bastante reduzidas em função da diminuição de recursos.

Outro organismo importante é a COCEARGS (Central das Cooperativas de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul), que reúne a maioria das cooperativas criadas em assentamentos da Reforma Agrária.

Essa instituição organiza as ações das cooperativas no Rio Grande do Estado e auxilia na divulgação e estratégias de comercialização. É uma organização de grande importância para a ampliação das relações entre os assentamentos e o público consumidor, em sua maioria residentes urbanos.

A importância da COCEARGS é inegável, como buscar alternativas estratégicas relacionadas às especificidades dos assentamentos e que ficavam fora ou mal representados pelos planos oficiais.

#### **6.5- Vantagens e/ou desvantagens da proximidade com centros urbanos**

Os assentamentos visitados possuem em comum o fato de estarem próximos dos grandes centros urbanos da RMPA.

Essa proximidade é especialmente benéfica para a produção altamente perecível, como verduras, frutas e pães, sendo relativizado para a produção de arroz, que pode mais facilmente ser produzido em áreas distantes, como acontece com a COOTAP, que possui sócios do assentamento de São Gabriel, por exemplo. Esses produtos citados são vendidos, principalmente, em feiras na capital.

Os entrevistados referiram-se à melhora em termos materiais, conseguida ao longo dos últimos vinte anos, fato diretamente ligado à formação das cooperativas e às facilidades de acesso em comparação a assentamentos mais distantes.

As feiras foram citadas como fundamentais para a grande venda de hortifrutigranjeiros e pela diversidade de espécies cultivadas, difíceis de terem mercado em áreas pouco urbanizadas.

A proximidade com grandes centros urbanos apresenta outras vantagens comparativas, como essas citadas pelos entrevistados:

- Facilidades de transporte em função das melhores condições das estradas;

- Acesso facilitado a escolas e universidades, principalmente para os filhos dos primeiros assentados;

- Proximidade com hospitais e outros centros de atendimento médico.

Entre as desvantagens, uma que foi citada por boa parte dos entrevistados é o crescimento urbano, que pode vir a ameaçar a existência dos assentamentos ao longo do tempo, preocupação especialmente considerável no assentamento Integração Gaúcha. Esse assentamento foi criado pelo governo do estado e possui alguns de seus limites junto a grandes conjuntos residenciais populares (foto 9). Esse caso mostra as dificuldades futuras a ser enfrentadas pela proximidade com centros urbanos.



Foto 9 – Fonte: foto do autor (2016). Limite entre o Assentamento integração Gaúcha (plantação de arroz) e residencial urbano.

Outro aspecto, relatado por algumas pessoas do assentamento Santa Rita de Cássia foi a opção pelo trabalho urbano. Segundo uma moradora desse assentamento:



“Alguns vizinhos não plantam nada. Trabalham como pedreiros, só moram aqui. Por isso tantos locais sem horta. Eu e meu marido queremos voltar a plantar aqui perto da casa. Já plantamosaipim aqui mas agora já estamos mais velhos”.

Pode--se inferir o quanto essa proximidade traz também desafios a serem enfrentados. Em outro fragmento um morador relata o seguinte:

“Não podemos sair de casa que levam nossas coisas. Antes era tranqüilo, mas agora circulam muitas pessoas pela estrada. Tenho medo que entrem aqui e levem nossas coisas. Trabalhamos muito para adquirir”.

Nesse assentamento não foi formada uma agrovila, as casas estão distribuídas ao longo de uma estrada que corta o assentamento e que, por sua vez, é pública. Outro aspecto é a proximidade desse assentamento com o centro de Nova Santa Rita, que apesar de ser um município pequeno, vem crescendo rapidamente.

Nos outros três assentamentos pesquisados em Nova Santa Rita (Capela, Sino e Itapuí Meridional) não foram relatados essas situações, em parte por serem mais antigos, o que representa uma consolidação maior e por estarem em áreas um pouco mais distantes do centro da cidade e com menos acesso ao transporte. Isso faz com que a produção agropecuária represente a melhor opção.

## **7- DIFICULDADES E LIMITAÇÕES OBSERVADAS**

Durante as atividades de campo e realização das entrevistas, pode-se perceber algumas dificuldades e limitações enfrentadas pelos assentados.

O acesso a créditos foi um problema mencionado por todos os entrevistados e a maioria enfatizou que essas dificuldades aumentaram após as mudanças políticas que o Brasil vem passando, com a formação de um ministério da agricultura mais voltado ao agronegócio.

A urgência para acessar créditos se mostra mais evidente nos assentamentos recentes, como no caso do assentamento Santa Rita de Cássia, onde os moradores apontaram as dificuldades de manterem os cultivos em seus lotes, principalmente as hortas. Foi apontado o enfraquecimento de políticas de incentivo municipal para o aproveitamento do que é produzido, o que desestimula a continuidade da produção.

Segundo o agricultor assentado do Assentamento Santa Rita de Cássia, (cujo uma das casas aparece na foto 10):

“Esse assentamento foi criado pelo Lula. Naquela época vieram muitos incentivos, construímos essa casa, compramos as primeiras sementes. Depois os incentivos foram diminuindo e praticamente pararam. Estamos sem auxílio. O arroz é plantado por causa da cooperativa”.

Percebe-se nessas palavras a evidência de que os incentivos diminuíram com o atual governo. Muitos assentados se mostraram descontentes com os rumos que as políticas agrícolas têm seguido no Brasil.

Em função da proximidade do centro da cidade de Nova Santa Rita, os moradores desse assentamento desfrutaram de acesso à energia elétrica, à internet e, no final de 2017, a prefeitura construiu quatro poços artesianos que devem entrar em funcionamento ainda nesse ano de 2018. Até então, a água consumida é proveniente de poços cavados e que, por suas características, representam riscos de contaminação.

A falta de acesso à água, principalmente no início da instalação do assentamento, foi citada como um problema por outros entrevistados, de outros assentamentos da RMPA.



Foto 10 – Fonte: foto do autor (2017). Aspecto do Assentamento Santa Rita de Cássia.

No assentamento Santa Rita de Cássia os lotes foram divididos entre os assentados e em duas partes, uma própria para o cultivo de arroz e outra “seca”, (foto 9) onde estão as moradias. De modo geral, os assentados são associados à COOTAP para a produção e comercialização de arroz.

No assentamento Itapuí, não há uma agrovila, sendo que as moradias ocupam os dois lados de uma estrada sem pavimentação. Encontra-se nesse assentamento a Escola Estadual de Ensino Médio, Nova Sociedade (foto 11), onde, SIMULA (2017) desenvolve um trabalho de mudança cultural com o objetivo de mudar a forma de gerir a escola e, por consequência, o assentamento e as cooperativas existentes no mesmo. Essa escola se apresenta como um centro de educação do campo e é tida como uma grande parceira na possibilidade de manter as novas gerações trabalhando nas atividades agrícolas. Grande parte dos assentados é ligada à COOTAP, tanto no que se refere à produção de arroz, quanto na produção de frutas e verduras, e o número de agricultores que vendem seus produtos nas feiras de Porto Alegre, nas quartas-feiras e sábados, é grande.



Foto 11 –Fonte: foto do autor (2017). Entrada da escola Nova Sociedade e projeto Relações Humanas e Cooperação, na mesma escola – Assentamento Itapuí.

Esse assentamento Itapuí possui mais dificuldades em relação ao acesso à internet. A água que abastece o assentamento provem de poços artesianos.

Foi relatado como fato negativo a redução das atividades da COPTec (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de Reforma Agrária), fundada em 1996, e que praticamente cessou suas atividades em 2017, em função do não repasse de verbas governamentais. Com isso, os assentamentos perderam seu principal apoio e assistência técnica. Além disso, alguns assentados citaram as dificuldades de acesso à EMATER. Os assentamentos novos são os mais prejudicados, visto que precisam de maior auxílio técnico.

O acesso à saúde e às escolas também foi um problema apontado por alguns entrevistados. Ainda que seus filhos estejam matriculados, muitos acham que a qualidade e a distância deixam a desejar. Apesar disso, há algumas iniciativas importantes, como a escola de educação infantil existente no Assentamento Integração Gaúcha e a já citada Escola Estadual de Ensino Médio, Nova Sociedade, voltada à educação no campo (foto 12).



Foto 12 – Fonte: foto tirada pela professora Débora (2016). Horta da escola Nova Sociedade.

Dentre os assentamentos visitados, o que possui o pior acesso, em termos de estradas, é o Itapuí (foto 13). A estrada está em péssimas condições de manutenção, o que dificulta o trânsito, principalmente em dias sem chuva. Se levar em conta que muitos assentados transportam seus produtos para a venda

em carros de passeio, pode-se ter uma noção das dificuldades enfrentadas em seus cotidianos.



Foto 13 – Fonte: foto do autor (2017). Aspecto da estrada no assentamento Itapuí.

Além desses problemas apresentados, um outro se refere à perda de trabalhadores para o meio urbano, fenômeno a ser considerado, principalmente nos assentamentos mais antigos, onde havia a possibilidade de ocorrer um desenvolvimento sócio econômico. Há uma ligação clara entre a proximidade urbana e esse fenômeno, ainda que não seja exclusividade destes. Pode-se perceber, com isso, outro fenômeno relacionado à mão de obra que começa a acontecer, principalmente no assentamento Itapuí, que é o envelhecimento dos agricultores assentados.

### **7.1 – O comércio do arroz orgânico na atual conjuntura política**

A formação da COOTAP, como já mencionado, ocorreu em função de uma demanda dos assentamentos, que precisavam de alternativas mais viáveis para a comercialização de seus produtos e compra de insumos, além de questões estratégicas relacionadas ao planejamento da atividade. A COOTAP desempenha um papel regional importante, agrupando a produção das diversas cooperativas

locais, como a COOPAN, também objeto deste estudo, e outras como a COOPAT (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes LTDA).

Para a COOTAP, o arroz é o principal produto, tanto em termos de volume, quanto em termo de valores totais. A venda do arroz ocorre de diversas formas, venda direta em feiras e nas sedes das cooperativas, venda aos supermercados e através da exportação. No entanto, um dos principais destinos, se não o principal, são os programas governamentais, entre eles a merenda escolar.

Essa estratégia, de vender para programas governamentais, funcionou bem até as gestões municipais que se encerraram em 2016, entre elas a prefeitura de São Paulo, que sob a administração do prefeito Fernando Haddad, priorizou a compra de arroz orgânico da COOTAP. A atual gestão suspendeu a compra e, ao mesmo tempo, em nível estadual e federal, ocorreu um retrocesso em termos de políticas públicas relacionadas ao PAA e à PNAE.

No caso da prefeitura de São Paulo, que segundo sócios da COOTAP, era um dos principais clientes do arroz orgânico produzido no Rio Grande do Sul, havia a priorização da compra de alimentos orgânicos, pautada na lei municipal nº 16.140 de 2015, que prevê a progressiva substituição dos alimentos convencionais por orgânicos. A mesma lei ainda prevê um acréscimo de até 30% nos valores em relação aos produtos convencionais. No governo Fernando Haddad, que terminou em 2016, houve essa substituição do arroz convencional por orgânico.

A partir de janeiro de 2017, assume João Dória, com uma política distinta de seu antecessor, pautando sua administração na redução de custos, comum nas políticas desenvolvidas em nível nacional. Essa redução atingiu a educação e, por consequência, a alimentação escolar.

Uma das maiores polêmicas de seu governo, até o momento, é a chamada farinata, farinha feita com alimentos perto da data de validade ou fora dos padrões de consumo. A apresentação deste “alimento” foi feita em outubro de 2017 e seria, segundo o próprio prefeito, adicionado à merenda ainda naquele mês, o que não aconteceu em função de protestos. Mas, possivelmente, volte à discussão num momento posterior. Até o momento, a farinata tem sido distribuída para moradores de rua, no formato de biscoitos ou acrescentada em sopas e em

outros alimentos, ou seja, como uma forma emergencial de aumentar a ingestão de calorias por aqueles que estão em situação de fome e extrema miséria.

Essa nova política de alimentação está pautada na lei nº 550/2016, que possibilita o reaproveitamento de alimentos com vistas à erradicação da fome na cidade de São Paulo. Alguns especialistas argumentam que a farinata não deve ser vista como alimento, mas como complemento alimentar, caso contrário, acaba ferindo o direito humano à alimentação variada, que é uma construção cultural.

O caso de São Paulo apenas exemplifica uma série de governos eleitos recentemente que optaram por outro caminho, diferente daquele trilhado pelos seus antecessores. Essa nova forma de governar vem na esteira de reformas e leis recentes em nível federal, que com a desculpa de reestruturar o Estado em crise, tiram direitos e investimentos das populações de menor renda, como as que são atendidas pelas escolas municipais de São Paulo. Em Porto Alegre não é diferente, várias foram as declarações por parte do governo e de seu secretariado no sentido de reestruturar a forma como ocorrem as refeições nas escolas municipais e, empiricamente, já se percebe diferenças em relação ao que ocorria antes.

Essas novas políticas se apresentam como desafios extras para a cadeia do arroz orgânico. Por se tratar de um produto diferenciado, tanto em termos nutricionais, quanto pela relação de respeito que estabelece com o meio ambiente, a cadeia se desenvolveu e teve sua produção ampliada com auxílio de políticas públicas, que agora não se encontram na pauta dos governantes.

O próprio PNAE, que prevê compra de produtos da agricultura familiar, não estaria sendo cumprido, conforme relato de associados da COOTAP. Outra dificuldade apontada se refere às políticas de alcance mais amplo, que visam à diminuição dos preços praticados e acabam por inviabilizar a atividade.

Entre as políticas atuais do Ministério da Agricultura, os associados da COOTAP apontam as facilidades de importação de alimentos como um empecilho, atingindo os camponeses e agricultores familiares como um todo. Produtos como feijão e leite estão sendo abandonados por muitos por não terem seus custos compensados na hora da comercialização. No caso específico do leite, um agricultor do Assentamento Capela exemplifica:

“Há um ano a cooperativa pagava um Real e quarenta centavos por litro e atualmente paga noventa centavos e esse é um valor superior ao pago por outras empresas e cooperativas. Muitas rotas deixaram de ser feitas por falta de produtores”.

Segundo o assentado, a situação atual (março de 2018) mostra que dos noventa associados do grupo gestor do leite apenas sessenta estão ativos e muitos pretendem abandonar essa atividade.

Com as políticas públicas que tendem a dificultar a vida dos assentados, a COOTAP tem buscado atender a outros mercados que não os seus tradicionais, focando mais em grandes redes de supermercados, onde possui a desvantagem de ter que competir com grandes empresas do ramo e atrair consumidores para seus produtos, normalmente mais caros.

Frente a essa nova realidade, o consenso dentro das atividades da cooperativa tem sido de resistir para manter as conquistas e evitar investimentos que possam esperar momentos mais oportunos para serem realizados.

Esse planejamento de longo prazo tem sido essencial e é um dos papéis mais importantes da atividade cooperativa. Isso auxilia os produtores a planejarem sua lavoura, seja individualmente ou nas cooperativas locais.

O atual cenário político brasileiro tem dificultado o avanço de políticas sociais e não seria diferente com relação aos pequenos produtores rurais.

Historicamente, a própria alternância de poderes na democracia traz períodos mais e menos propícios aos assentamentos. Os assentamentos há mais tempo estabelecidos terão melhores possibilidades de fazer frente às políticas atuais, até que em governos futuros volte-se a priorizar a produção orgânica.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS**

Com essa pesquisa foi possível entrar em contato com uma série de realidades distintas que resultam em formas e qualidade de vidas muito diferentes, tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto filosófico.

Observou-se que naqueles assentamentos onde existiram iniciativas no sentido de mudar a cultura produtiva dos assentados, buscando novos produtos e manejos, como ocorreu no Assentamento Integração Gaúcha e Capela, houve a construção de novos caminhos, que como a história humana, não estão acabados. O caminho representa e resume toda a luta. O presente representa aquilo que já foi conseguido e cria forças para novas conquistas.

A História da COOTAP, ainda que recente, provou que cultivos em grande escala, como é o caso do arroz, são possíveis de ser orgânicos, contrariando o censo comum incentivado pelas grandes empresas produtoras de agrotóxicos. Cabe salientar que, as grandes áreas de produção de arroz da COOTAP são resultado da junção de pequenos lotes recebidos por cada família no processo de reforma agrária. Isoladamente, essas famílias teriam dificuldades de produzir arroz, devido as próprias características do cultivo e pela necessidade de mecanização, mais difíceis de serem conseguidas individualmente.

Além de impactar menos o ambiente, a produção feita pelas cooperativas pesquisadas representa a possibilidade de alimentos de melhor qualidade para a população brasileira. Essas experiências representam a possibilidade de uma sociedade mais justa, que remunere o produtor adequadamente e não o deixe refém de transnacionais, que a exemplo do que ocorre com os transgênicos, acabam levando parte do capital produzido em nosso país.

Desde o início da pesquisa, houve a preocupação de não focar com “lentes” apenas nas questões econômicas, mas tentar enxergar os ganhos em termos de qualidade de vida, para ver além. É claro e esperado que as iniciativas das duas cooperativas gerem lucros, mas que a forma de produzir não vise apenas isso.

Foi possível observar e constatar nas entrevistas o orgulho das pessoas que trabalham na Cooperativa Pão da Terra têm, por produzirem de forma diferenciada, sem o uso de agrotóxicos, fabricando pães e bolos integrais.

Um aspecto constatado foi a grande parceria existente entre os diversos assentamentos. Uma das assentadas do Assentamento Integração Gaúcha revelou que a água que consomem vem de Nova Santa Rita e as farinhas utilizadas para os pães são buscadas em regiões distantes de Porto Alegre. Outro aspecto comentado nesse assentamento foi à parceria formada entre agentes urbanos, como donos de restaurantes que fornecem mudas de hortaliças para que tenham fornecedores próximos, beneficiando a ambos.

Assim como acontece em outras iniciativas humanas, existem problemas também e eles variam de um assentamento para outro.

Há uma relação grande entre o que acontece dentro e fora dos assentamentos. Eles não estão isolados da sociedade e, nessa interação, são transformados, mas também transformam. É necessário identificar e acreditar na capacidade de transformação dessas iniciativas. Algumas mudanças são mais fáceis de identificar, entre elas, a forma das pessoas se alimentarem, que vem mudando e as cooperativas COOPAN e COOTAP têm grande interferência nisso. Nas feiras, as pessoas buscam mais do que produtos, buscam uma forma de vida e estão dispostas a pagar por isso. É inegável que os produtores se beneficiam disso e não poderia ser diferente, pois a principal forma de um produtor no capitalismo é a remuneração do seu investimento. No entanto, isso não foi a única coisa verbalizada pelas diversas pessoas entrevistadas nesses meses.

Que a evolução dessas experiências auxilie na construção de uma sociedade diferente da que conhecemos. Ainda não se saiba como será, espera-se que seja mais justa.

## Referencias bibliográficas

ALCANTARA FILHO, José Luiz, Rosa Maria Oliveira Fontes. **A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil**. Hera – Revista de Historia Econômica e Economia Regional Aplicada. Minas Gerais, vol. 4 Nº 7 Jul-Dez 2009, disponível em <http://docplayer.com.br/261318-A-formacao-da-propriedade-e-a-concentracao-de-terras-no-brasil-resumo.html>, acesso em julho de 2017

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. – 2ª Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80, disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>, acesso em 28 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>, acesso em 30 de junho de 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>, acesso em 25 de junho de 2017.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013**. Disponível em <[www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=RES&num\\_ato=00000026&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2013&sgl\\_orgao=FNDE/MEC](http://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=FNDE/MEC)>, acesso em 22 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Disponível em <[https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=LEI&num\\_ato=00011947&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2009&sgl\\_orgao=NI](https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=NI)>, acesso em 22 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm)>, acesso em 10 de junho de 2017.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2003**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>, acesso em 22 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **ATO INSTITUCIONAL Nº 9, DE 25 DE ABRIL DE 1969**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-09-69.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-09-69.htm#art2)>, acesso em 20 de abril de 2017.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>, acesso em 24 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm)>, acesso em 20 de setembro de 2017.

CARDOSO, Univaldo Coelho & CARNEIRO, Vânia Lúcia Carneiro & QUIRINO, Edna Rabêlo. **Cooperativa**. Brasília: SEBRAE, 2014.

CASTELLO BRANCO FILHO, Cícero. **O modelo de certificação participativa como um dos elementos condutores no fomento à cadeia produtiva do arroz ecológico da região metropolitana de porto Alegre/RS** (p. 59 a 72). IN MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele (org). Assentamentos Rurais, Território e Produção: Novas alternativas no Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014.

CEM/Cebrap (Centro de Estudos da Metrópole). **Base cartográfica da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Disponível em <<http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/mapoteca/download/RMpoaDT1.jpg>>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA, inc, 2013. **Mapa capitânicas hereditárias**. Disponível em <[www.historiapublica.blogspot.com.br/2016/09/mapa-das-capitanias-hereditarias.html](http://www.historiapublica.blogspot.com.br/2016/09/mapa-das-capitanias-hereditarias.html)>. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

ENGELS, Frederick. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo – Editora Escala, ?

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. – São Paulo, Cortez, 2001.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, v.I, 2004.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Tabela com informações dos assentamentos, feita com base nas informações fornecidas pelo INCRA**. Disponível em <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> .Acesso em 11 de dezembro de 2017.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. – 41ª Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEFEBVRE, Henri, tradução de Willian Lagos. **Marxismo, uma breve introdução**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

LINDNER, Michele. **Mapa Mesorregiões do Rio Grande do Sul, modificado pelo autor**. Disponível em <[https://drive.google.com/file/d/0B03f5\\_x-4RZfYXQ1eENkYjVMVVU/view](https://drive.google.com/file/d/0B03f5_x-4RZfYXQ1eENkYjVMVVU/view)>, acesso em 10 de fevereiro de 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: apropriação do espaço geográfico como território de resistência ativa e emancipação**. / Adalberto Floriano Greco Martins. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2017.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira e LINDNER, Michele (organizadoras). **Assentamentos rurais, território, produção: novas alternativas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**; tradução Rita Pereira. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**; tradução Cláudia Freire. 1. Ed. – São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

RAMIREZ, Velásquez, Blanca Rebeca. **“Lefebvre y La producción Del espacio. Sus aportaciones a los debates contemporâneos”**, in: **veredas**. Revista Del pensamiento sociológico. México:UAM, nº 8, 2004.

REGO, Eduardo Ernesto do, Emilia Moreira. **COOPERATIVISMO: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista.** – Paraíba:

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia/** Milton Santos em colaboração com Denise Elias. – 6ª Ed. 2ª reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014

SÃO PAULO. **LEI Nº 16.140, DE 17 DE MARÇO DE 2015.** Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2015/1614/16140> ...> acesso em 21 de março de 2018.

SÃO PAULO. **Lei nº 550/2016.** Disponível em <<https://www.radarmunicipal.com.br/proposicoes/projeto-de-lei-550-2016>>. Acesso em 21 de março de 2018.

SIMULA, Perti. **Transformação das relações humanas e cooperação.** São Paulo: expressão Popular, 2017.

STEDILLE, João Pedro. **Brava Gente: A Trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000

TOREZANli, Walquiria. **APOSTILA DE ESTATÍSTICA I** (2004), disponível em <[http://www.ifba.edu.br/dca/Corpo\\_Docente/MAT/ICCL/APOSTILA\\_DE\\_ESTAT\\_STICA.pdf](http://www.ifba.edu.br/dca/Corpo_Docente/MAT/ICCL/APOSTILA_DE_ESTAT_STICA.pdf)>, acesso em 02 de janeiro de 2017.

## Bibliografia consultada

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil.** – 2ª Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BELEDELLI, Senira. **A cultura dos camponeses sem terra e a organização do território dos assentamentos.** – Porto Alegre: UFRGS, 2005

FERNANDES, Bernardo Mançano (organizador). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRANTZ, Telmo Rudi. **Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola – O caso da COTRIJÚ.** Ijuí: FIDENE: 1982.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (Organizadoras). **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUZMAN, Eduardo Sevilla e MOLINA, Manoel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** – 3ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** – São Paulo: Boitempo, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** – 26ª Ed. – São Paulo: companhia das Letras, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos.** – 2ª Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MEDEIROS, Rosa Maria (Coordenadora). **DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra; Relatório 2012 – Rio Grande do Sul.** NEAG ( Núcleo de Estudos Agrários), 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira e FALCADE, Ivanira (organizadoras). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira e LINDNER, Michele (organizadoras). **Expressões da Cultura no território.** Porto Alegre: Evangraf, 2015.

MEDEIROS, Leonilde Servolo e LEITE, Sérgio (organizadores). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas.** – 2ª Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MÉSZÁROS. István. **A crise Estrutural do Capital.** – São Paulo: Boitempo, 2011.

PESSOA, Vera Lúcia Salazar, Aldomar Arnaldo Rückert e Julio Cesar de Lima Ramires. **Pesquisa Qualitativa: Aplicações em Geografia.** – Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço habitado.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª Ed. – São Paulo, 2004.

SCHMIDT, Carlos, Henrique T. Novaes (Organizadores). **Economia Solidária e Transformação social: Rumo a uma sociedade para além do capital?** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** – 2ª Ed. – Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** – 2 ed. – Porto alegre: Editora da UFRGS, 2003.

STÉDILE, João Pedro (organizador). **A questão agrária hoje.** – 3ª Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima & PESSOA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação.**Uberlândia: Assis, 2009.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima & PESSOA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação.**Uberlândia: Assis, 2009.

ZAMBERLAN, Jurandir. **Cooperação – o desafio que começa a sulcar a terra.** Cruz Alta: Unicruz, 1990.

## APÊNDICE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Questões para uso em pesquisa de Mestrado Acadêmico em Geografia  
(entrevista)

Aluno: Luís Fernando Silveira da Rosa

Orientadora: prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Maria Vieira Medeiros

1 – Me fale da sua história de vida. Onde Nasceu? Como é sua família?  
Como e porque passou a fazer parte do MST?

2 – Como surgiu a oportunidade de você fazer parte de uma cooperativa?  
Como foi o início? O que mudou desde então?

3- Atualmente, o que você produz? Os produtos são totalmente orgânicos?  
Qual o destino da produção?

4 – De que forma sua vida tem melhorado desde que passou a fazer parte  
do MST e após sua participação na cooperativa?

5 – Possui filhos? Qual a relação deles com a produção? Eles pretendem  
continuar trabalhando no assentamento?

6 – Como ocorre a organização da área do assentamento entre os  
assentados?

7 – Atualmente, qual é a relação dos cooperativados com o INCRA?

8 – Como são administrados os repasses e programas de fomentos  
federais?

9 – Qual a relação da cooperativa, e sua, com os projetos federais? O que  
mudou nos últimos anos?

10 – Como você imagina o futuro da cooperativa e da produção feita nos  
assentamentos?